

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE GRADUAÇÃO
CURSO DE CIENCIAS CONTÁBEIS

RAFAELLA SANTOS PFEIFFER

CONTABILIZAÇÃO DOS PRÊMIOS DE SEGUROS DE VIDA:
Um estudo de caso na empresa Facil Seguros

Porto Alegre

2018

RAFAELLA SANTOS PFEIFFER

CONTABILIZAÇÃO DOS PRÊMIOS DE SEGUROS DE VIDA:

Um estudo de caso na empresa Facil Seguros

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis, pelo Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

Orientadora: Prof(a). Dra. Luciana Arenhart Menegat

Porto Alegre

2018

Dedico esse trabalho aos meus pais, Mauro e Maria, meus maiores incentivadores, que sempre estiveram do meu lado me dando toda ajuda e suporte necessários. Vocês foram essenciais nesta minha conquista.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, em primeiro lugar por me permitir viver tudo isso com muita fé, esperança, confiando e buscando sempre o melhor para a minha vida acadêmica e profissional.

Agradeço de forma única e especial aos meus maravilhosos pais, Mauro e Maria, por terem sido o meu alicerce e porto seguro em todos os momentos, não me deixando desistir nos dias mais difíceis e por me ensinarem todos os dias a ter fé e acreditar que tudo é possível quando se confia em Deus.

Aos meus irmãos, cunhados, sobrinhos e afilhada, obrigada por todo cuidado, carinho e atenção dedicados em todos os momentos e por me sustentarem na alegria e no amor de forma infinita.

Aos meus amigos "Agregados" que fazem parte da minha família, meu agradecimento eterno por tudo o que vocês fizeram por mim e pela compreensão quando estive ausente. Palavras são poucas pra demonstrar tamanha gratidão por todos vocês.

Aos meus colegas de trabalho, agradeço pelos conselhos, ajuda, pelos ouvidos que tanto me ouviram, mas acima de tudo obrigada pela parceria nesses meses de trabalho. Agradecimento especial para as minhas colegas/amigas Fernanda e Katia, vocês são incríveis, infinitamente: Obrigada!

Agradeço a minha orientadora Luciana, por toda ajuda e disponibilidade em compartilhar o seu conhecimento e sabedoria de maneira exemplar, que foram fundamentais para que este trabalho acontecesse.

Faço também meu agradecimento a Unisinos, na figura da coordenadora do curso de Ciências Contábeis, Charline Pires, que esteve sempre disposta a ajudar, auxiliar e a resolver qualquer situação ou problema durante essa trajetória.

Por fim, a todos vocês, que direta ou indiretamente contribuíram de alguma forma para que eu pudesse concluir este trabalho.

Obrigada.

RESUMO

Este trabalho foi um estudo de caso realizado na seguradora Facil Seguros, tratado sobre o tema contabilidade de seguros, com o objetivo geral demonstrar quais são as normas e práticas utilizadas para contabilização dos prêmios de seguros de vida. A pesquisa utilizada foi de natureza descritiva baseada em pesquisa bibliográfica e documental. O objeto estudado no departamento de contabilidade e controladoria da seguradora, foi analisado através de relatórios gerenciais, planilhas, balancetes, razões, lançamentos contábeis e informações coletadas na entrevista. Para auxiliar na análise e na interpretação dos dados, através das informações fornecidas para atingir os objetivos, foram utilizadas bibliografias referentes à contabilidade de seguros, legislações, normas e circulares vigentes. Durante a pesquisa foram abordados os critérios que regulam o mercado segurador, assim como apresentados: o plano de contas que as seguradoras devem adotar, as demonstrações contábeis exigidas pela SUSEP, o roteiro contábil e objetivos das contas relacionadas a emissão de prêmios, demonstrando como a seguradora Facil Seguros contabiliza suas operações de prêmios e também um exemplo prático desta contabilização, chegando conclusão que, a empresa registrou suas informações conforme previsto nas normas e leis, justificando que a pesquisa poderá contribuir para estudos acadêmicos e com os profissionais da área de seguros.

Palavras-chave: Seguros. Contabilidade. Prêmios. Legislações. Normas.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Organograma da estrutura da empresa.....	45
---	--------------------

LISTA DE QUADROS

<u>Quadro 1 – Demonstração das classes de Ativo e Passivo.....</u>	<u>29</u>
<u>Quadro 2 – Demonstração da classe de contas de Resultado.....</u>	<u>29</u>
<u>Quadro 3 – Estrutura do Balanço Patrimonial.....</u>	<u>34</u>
<u>Quadro 4 – Estrutura da Demonstração do Resultado do Exercício.....</u>	<u>35</u>
<u>Quadro 5 – Estrutura da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....</u>	<u>36</u>
<u>Quadro 6 – Estrutura da Demonstração do Fluxo de Caixa – Método Indireto.....</u>	<u>37</u>
<u>Quadro 7 – Demonstração do Resultado do Exercício da empresa Facil Seguros... </u>	<u>48</u>
<u>Quadro 8 – DRE acumulado da empresa Facil Seguros.....</u>	<u>49</u>
<u>Quadro 9 – Demonstrativo de Faturamento da empresa Facil Seguros.....</u>	<u>49</u>
<u>Quadro 10 – Registros de Prêmios Emitidos e Recebidos.....</u>	<u>58</u>

LISTA DE SIGLAS

BP	–	Balanço Patrimonial
CFC	–	Conselho Federal de Contabilidade
CNSP	–	Conselho Nacional de Seguros Privados
CPC	–	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CVM	–	Comissão de Valores Mobiliários
DFC	–	Demonstração do Fluxo de Caixa
DMPL	–	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
DOU	–	Diário Oficial da União
DPVAT	–	Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre
DRE	–	Demonstração do Resultado do Exercício
FIP	–	Formulário de Informações Periódicas
IBA	–	Instituto Brasileiro de Atuária
IFRS	–	Normas Internacionais de Contabilidade
MERCOSUL	–	Mercado Comum do Sul
SA	–	Sociedade Anônima
SNSP	–	Sistema Nacional de Seguros Privados
SUSEP	–	Superintendência de Seguros Privados
UNISINOS	–	Universidade do Vale do Rio dos Sinos

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA E PROBLEMA.....	12
1.2 OBJETIVOS.....	13
1.2.1 Objetivo Geral.....	13
1.2.2 Objetivos Específicos.....	13
1.3 DELIMITAÇÃO DO TEMA.....	14
1.4 RELEVÂNCIA DO ESTUDO.....	14
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	16
2.1 CONCEITOS RELACIONADOS ÀS OPERAÇÕES DE SEGUROS.....	16
2.1.1 Seguro.....	16
2.1.2 Responsabilidade do Seguro.....	17
2.1.5 Contrato de Seguro.....	17
2.1.5.1 Segurado.....	18
2.1.5.2 Seguradora.....	18
2.1.5.3 Beneficiário.....	19
2.1.5.4 Estipulante.....	19
2.1.5.4 Corretor.....	19
2.1.5.5 Apólice.....	20
2.1.6 Risco.....	20
2.1.6.1 Tipos de Risco.....	21
2.1.7 Sinistro.....	22
2.1.7.1 Indenização.....	22
2.1.8 Prêmio de Seguro.....	23
2.1.8.1 Tipos de Prêmio.....	24
2.1.9 Operações de Seguros.....	24
2.1.9.1 Cosseguro.....	24
2.1.9.2 Resseguro.....	25
2.1.9.3 Retrocessão.....	25
2.1.10 Provisões Técnicas.....	26

	10
2.2 REGULAÇÃO DO MERCADO SEGURADOR.....	26
2.2.1 Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP.....	27
2.2.2 Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.....	27
2.3 CONTABILIDADE.....	27
2.3.1 Contabilização de Seguros.....	28
2.3.2 Normas Contábeis das Seguradoras.....	29
2.3.3 Plano de Contas.....	29
2.3.3.1 Codificação do Plano Contábil.....	29
2.3.3.2 Classes das Contas Patrimoniais.....	30
2.3.3.2.1 Classe 1 – Ativo - Contas Patrimoniais:.....	31
2.3.3.2.2 Classe 2 – Passivo - Contas Patrimoniais:.....	32
2.3.3.2.3 Classe 3 – Contas de Resultado:.....	32
2.3.4 Demonstrações Financeiras.....	34
2.3.4.1 Relatório da Administração.....	35
2.3.4.2 Balanço Patrimonial.....	35
2.3.4.3 Demonstração do Resultado do Exercício.....	36
2.3.4.4 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	37
2.3.4.5 Demonstração do Fluxo de Caixa.....	38
2.3.4.6 Notas Explicativas.....	40
2.3.4.7 Relatório dos Auditores Independentes.....	40
3 METODOLOGIA.....	42
3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA.....	42
3.2 UNIDADE DE ANÁLISE.....	43
3.3 SUJEITOS DA PESQUISA.....	44
3.4 COLETA E TRATAMENTO DOS DADOS.....	44
3.5 ANÁLISE DOS DADOS.....	45
3.6 LIMITAÇÕES DO MÉTODO.....	45
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	46
4.1 LEVANTAMENTO DOS DADOS DO ESTUDO DE CASO.....	46
4.1.1 Apresentação da Empresa.....	46
4.1.1.1 Produtos.....	48

4.1.1.2 Resultados.....	49
4.2 OBJETIVO E FORMA DE CONTABILIZAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS CONTÁBEIS DAS OPERAÇÕES DE PRÊMIO.....	53
4.2.1 Contas de Ativo.....	53
4.2.2 Contas de Passivo.....	54
4.2.3 Contas de Resultado.....	55
4.3 ROTEIRO CONTÁBIL DA OPERAÇÃO DE PRÊMIO.....	56
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	64
REFERÊNCIAS.....	66
APÊNDICE A – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA.....	70

1 INTRODUÇÃO

Os riscos e as incertezas que as pessoas estão expostas em suas vidas auxiliam com o crescimento do mercado de seguros. No Brasil, a situação é ainda mais forte devido ao grande número de roubos e violência, de acordo com os dados do 11º Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública publicado no ano de 2017 o Brasil teve um crescimento de 57,8% no número de latrocínios desde o ano de 2010.

Desta forma, gerando na população um interesse maior em adquirir um contrato de seguro. Apesar da preocupação com os bens ser considerável, o cuidado com a vida ainda está em constante crescimento, pois muitas pessoas não sabem que existe um seguro para sua própria vida.

Para a comercialização deste seguro, diversas empresas atuam no Brasil reguladas por órgãos e leis. A atuação deste seguro para garantir credibilidade, como em qualquer ramo, deve obedecer aos métodos e técnicas contábeis estabelecidos em normas e pronunciamentos.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA E PROBLEMA

A comercialização do seguro e atuação no mercado segurador é antiga, não com a mesma técnica de hoje em dia, mas com a mesma preocupação em neutralizar os efeitos de um acontecimento que pode ocorrer ou não. A história do seguro é marcada nas últimas décadas pelo crescimento e mudanças no governo, que concedeu mais liberdade na fixação dos preços e na oferta de produtos.

As empresas que atuam na prestação deste serviço, assumindo e gerindo os riscos de outras pessoas, que são descritos em um contrato de seguro são as Sociedades Seguradoras. As Sociedades Seguradoras têm a função de emitir este contrato e pagar a indenização prevista quando ocorrido o sinistro, ou seja, no caso da efetivação do risco para o contratante ou segurado.

Para a garantia da saúde financeira das Seguradoras e para que o sistema funcione corretamente, garantindo também a tranquilidade do próprio segurado, existe a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), que é o órgão responsável pelo controle e fiscalização do mercado de seguros, previdência privada

aberta, capitalização e resseguro. A SUSEP fiscaliza de acordo com as normas estabelecidas e intervém no caso de não cumprimento.

Segundo a Luccas Filho (2011), para as seguradoras, uma das obrigações do segurado é o pagamento do prêmio, este, em virtude da prestação do serviço do seguro que é considerado um dos elementos principais do contrato de um seguro e porque ele significa principal receita da empresa.

Em termos gerais, a palavra prêmio quer dizer um ganho, algo que uma pessoa foi premiada, nas atividades de seguro Soares (1975, p. 116) relata que, “prêmio, ou cota, é importância em dinheiro que o segurado paga à seguradora para fazer jus à indenização no caso de sinistro”.

O pagamento do prêmio efetuado pelo segurado para firmar a contratação do seguro é contabilizado de forma específica nas Sociedades Seguradoras, diante disso surge o tema da pesquisa referindo-se à forma de Contabilização dos Prêmios de Seguros de vida.

A partir do tema proposto, identifica-se como problemática da pesquisa a seguinte questão: Quais são as normas e práticas utilizadas para a Contabilização dos Prêmios de Seguros de vida da empresa Facil Seguros?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Tem-se como objetivo geral: demonstrar quais são as normas e práticas utilizadas para a Contabilização dos Prêmios de Seguros de vida da empresa Facil Seguros.

1.2.2 Objetivos Específicos

Para alcançar o objetivo geral, são necessários os objetivos específicos a seguir evidenciados:

- a) conhecer o plano de contas utilizado pelas seguradoras;
- b) desenvolver um roteiro contábil;
- c) apresentar um modelo de contabilização de prêmios de uma seguradora.

1.3 DELIMITAÇÃO DO TEMA

Segundo Magalhães (1977), o seguro é uma transferência de riscos de um certo acontecimento, acordado por um contrato de pagamento do prêmio pelo segurado, para obter os direitos de indenização. Esta transferência do risco é considerada também como uma transferência de responsabilidades, ou seja, a responsabilidade do seguro passa a ser da seguradora e não mais do segurado.

O Prêmio de Seguro é o valor cobrado pela Sociedade Seguradora pelo serviço prestado quando assume perante um contrato, os diversos riscos ao que segurado está exposto (NOGUEIRA, 2011).

O presente trabalho aborda os métodos e práticas da Contabilização dos Prêmios de Seguros de vida, um estudo de caso na empresa Facil Seguros.

O estudo tem como unidade a empresa Seguradora Facil Seguros, com sede localizada em Porto Alegre, possuindo nove sucursais nos estados Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Ceará, Minas Gerais e no Distrito Federal. Possui como atividade econômica a comercialização de seguros, principalmente seguros de vida.

A empresa Facil Seguros por ser uma seguradora, é regulamentada e fiscalizada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e as suas práticas contábeis são estabelecidas pela SUSEP.

A pesquisa é realizada no departamento de contabilidade da empresa, para isso são utilizadas as demonstrações contábeis do exercício de 2017.

1.4 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

Justifica-se a escolha deste tema, devido à importância da contabilidade nas Sociedades Seguradoras quanto as suas práticas adotadas para a Contabilização dos Prêmios e Seguros de vida e suas normas contábeis. A pesquisa contribui também para o conhecimento da autora em sua formação e sua atuação profissional no mercado de seguros.

O estudo representa uma ferramenta de auxílio aos profissionais que atuam neste mercado, além de contribuir com os estudos dos acadêmicos da área contábil e atuarial que atuam no mercado segurador auxiliando no entendimento das normas

e práticas utilizadas para a contabilização, visto que o tema ainda não é muito utilizado no meio acadêmico.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo apresenta-se o referencial teórico relacionado ao tema, no qual são elencados os conceitos de formal geral de seguro, risco, sinistro e prêmio que explicam os elementos e as formas de como são contabilizados os Prêmios de Seguros de vida.

2.1 CONCEITOS RELACIONADOS ÀS OPERAÇÕES DE SEGUROS

O mercado de seguros no Brasil, nas últimas décadas, vem sofrendo profundas transformações dentre as quais, Pedro (2006) destaca: a regulamentação da atividade seguradora no MERCOSUL, a liberação das tarifas, a extensão considerável do faturamento do setor, a maior facilidade da entrada de capital estrangeiro e a quebra do monopólio do resseguro, entre outros.

Diante destes fatores, com a importância deste tema, a seguir são apresentados conceitos e definições características às operações de seguros.

2.1.1 Seguro

O seguro é conceituado de maneiras diferentes, mas com o mesmo objetivo de descrever a relação, onde uma pessoa querendo obter certa proteção econômica paga para outra assumir os seus riscos que possam causar danos futuros. Pauzeiro (2008) relata que, o seguro é um contrato aleatório, pelo qual uma das partes, se obriga, mediante cobrança de um valor monetário chamado de prêmio, a indenizar a outra parte por ocorrência de um prejuízo causado por determinado acontecimento.

Para Souza (2009, p. 23),

Seguros são uma operação que toma forma jurídica de um contrato, em que uma das partes (segurador) se obriga para com a outra (segurado ou beneficiário), mediante o recebimento de uma importância estipulada (prêmio), a compensá-la (indenização) por um prejuízo (sinistro), resultante de um evento futuro, possível e incerto (risco), indicado no contrato.

De acordo com Silva (2007), o seguro não pode ser somente considerado como uma fonte de lucros ou renda, mas principalmente como uma indenização pelas perdas ocorridas.

Segundo Figueiredo (2012), o seguro tem o objetivo de fornecer garantia as pessoas quanto as suas preocupações em relação ao futuro e aos riscos que estão expostas em suas vidas e em seus bens, assim como os riscos em comum.

De acordo com Mendes (1977) o seguro pode ser contratado também de forma coletiva, considerado operação aleatória através de um grupo de indivíduos que dividem tanto os riscos quanto os prejuízos (danos ou perdas) em comum ou por alguns.

2.1.2 Responsabilidade do Seguro

A Responsabilidade do Seguro é uma obrigação que a Seguradora assume com o seu segurado. É uma prestação de serviço que está sendo efetuada para que futuramente, no caso da incidência do fato que gerou o dano, perda material ou dependendo do tipo de seguro, seja paga a indenização devida prevista nos termos de um contrato assinado por ambas as partes. (SILVA, 2017)

De acordo com Santos (2011), o seguro exige uma responsabilidade, pois, alguém tem que se responsabilizar em reparar ou ressarcir a pessoa prejudicada pelo dano ou a perda da própria vida ou do seu patrimônio, causada por um terceiro.

Para Andrade (2005), o risco de uma pessoa transferido e pago a outra na figura de um seguro tem uma responsabilidade objetiva de indenizar mesmo sem ter sido culpado, mas porque assumiu este risco através de um contrato.

2.1.5 Contrato de Seguro

De acordo com Luccas Filho (2011, p. 6), “Contrato de seguro é a formalização do seguro através de um documento chamado apólice. O contrato do seguro deve ser bilateral, aleatório, oneroso, solene, nominal e de boa-fé”, isto significa que todo seguro exige a execução de um contrato para firmar a prestação do serviço.

Segundo Azevedo (2008), o contrato de seguros deve ser aleatório por depender de um futuro incerto, ser bilateral e oneroso, pois ambas as partes têm obrigações, mas também possuem vantagens, ser solene formalizado por uma apólice e ter boa-fé, pois tanto o segurado quanto a seguradora devem ser honestos ao prestar suas informações presentes no contrato.

O contrato de seguro em seu conceito é reforçado por Peixoto (2004) como um pacto escrito entre o segurado e a seguradora a fim de indenizar os beneficiários de perdas ou sofrimentos sob uma quantia calculada no ato da contratação baseado em diversos fatores relacionados ao segurado e aos riscos corridos. Este contrato prevê cláusulas específicas que descrevem esta relação constando os valores a serem pagos de prêmios pelo seguro.

2.1.5.1 Segurado

O segurado é conceituado por Azevedo (2008) pela pessoa física com interesses em proteger as suas propriedades, seus familiares e sua vida que realiza isoladamente o contrato de seguro com a seguradora.

Pauzeiro (2008, p. 31) relata que o segurado,

É a pessoa física ou jurídica em nome da qual o seguro é contratado. É ainda quem economicamente tem interesse no bem exposto ao risco, e que transfere para a seguradora, mediante pagamento de uma certa importância (denominada prêmio), o risco de um determinado evento atingir o bem de seu interesse ou gerar-lhe uma responsabilidade qualquer.

Segundo Peixoto (2004), segurado é a pessoa física ou jurídica que transfere os riscos a que está exposto para outra pessoa (seguradora) através do pagamento de uma remuneração a fim de garantir a sua economia.

2.1.5.2 Seguradora

A Seguradora é uma empresa que tem sua forma de Sociedade Anônima com o objetivo de gerir e assumir os riscos determinados no contrato de seguro (LUCAS FILHO, 2011).

Segundo Azevedo (2008), a seguradora como uma instituição autorizada pela SUSEP, recebe o prêmio do segurado e tem o objetivo de indenizar prejuízos ou até mesmo os eventos que não gerem prejuízos, mas previstos no contrato.

De acordo com Peixoto (2004), as entidades, pessoas jurídicas chamadas seguradoras, têm exigências para atuar no mercado segurador. Devem obedecer às normas relacionados ao capital mínimo e aos valores de margem de solvência para a liquidação dos sinistros.

2.1.5.3 Beneficiário

O beneficiário do seguro é a pessoa que tem os direitos da indenização previstas pelo próprio segurado quando registrado na apólice no ato da contratação do seguro (FIGUEIREDO, 2012).

Souza (2009, p. 24) relata que, “O beneficiário corresponde a quem se beneficia com o seguro, ou seja, a pessoa a quem o segurado reconhece o direito de receber a indenização, ou parte dela, prevista na apólice do seguro”.

De acordo com Pauzeiro (2008), o beneficiário pode ou não ser reconhecido na formação do contrato de seguro, sendo ele certo ou incerto, mas ele é a pessoa física ou jurídica de quem se beneficiará da indenização prevista em casos de ocorrência do sinistro.

2.1.5.4 Estipulante

O estipulante é reconhecido como a pessoa física ou jurídica que contrata um seguro coletivo em nome de um grupo de pessoas. Cada pessoa representará a figura de segurado e o estipulante será o representante destes segurados, podendo ser exemplificado com uma empresa contratando um seguro para os seus funcionários que estarão inclusos e cobertos por este seguro (MANICA, 2010).

Figueiredo (2012, p. 20) apresenta outro conceito sobre o estipulante,

É a pessoa que se obriga aos pagamentos dos prêmios e às prestações em benefício de terceiro [...] nos seguros de vida em grupo, é o estipulante quem firma a proposta mestra com o segurador, sendo este representante do grupo segurável, cujos membros se tornam segurados a partir da adesão.

De acordo com Pauzeiro (2008), o estipulante é a pessoa física ou jurídica que formaliza com a seguradora um contrato de seguro representando com plenos poderes um grupo de pessoas legalmente constituído.

2.1.5.4 Corretor

O corretor de seguro, de acordo com Contador (2007), é o representante legal do segurado, sendo o responsável pela ligação entre o segurado e a seguradora. A sua atividade é regulamentada e registrada na SUSEP.

Os contratos de seguros no Brasil podem ser recebidos somente através de propostas efetuadas com o intermédio dos corretores habilitados, pois de acordo com o Art. 1º da Lei 4.594, de 1964,

O corretor de seguros, pessoa física ou jurídica, é o intermediário legalmente autorizado a angariar e a promover contratos de seguros, admitidos pela legislação vigente, entre as Sociedades de Seguros e as pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado.

O profissional que atua como corretor de seguros legalmente autorizado a exercer tal função, não apresenta vínculo com a seguradora conforme Souza (2009), ele defende os direitos e interesses do segurado, recebendo somente um valor de comissão de corretagem.

2.1.5.5 Apólice

A apólice é o documento emitido pela seguradora como instrumento do contrato de seguros, onde é descrito as condições do segurado e da seguradora, sendo datada e assinada pelo segurado ou pelo seu representante (FIGUEIREDO, 2012).

De acordo com Pauzeiro (2008), o instrumento que formaliza o contrato de seguros estabelecendo os limites de responsabilidades aceitos pela seguradora sobre os riscos assumidos perante o segurado, é denominado apólice.

Conforme Souza (2009), o documento emitido pela seguradora, que é registrado no contrato, chamado de apólice de seguros, pode ser de forma individual ou coletiva com a função de aceitar o risco apresentado pelo segurado.

2.1.6 Risco

O risco é o objeto do seguro, é um elemento fundamental do contrato de seguro, pode ser denominado como um possível evento de futuro incerto, que está sujeito a ameaças e perigos econômicos e de natureza, independente de quem o está contratando. O risco é inevitável para qualquer ser humano, em qualquer momento e situação, ele é a causa de alguma perda, por isso ele é essencial para o seguro (PAUZEIRO, 2008).

Conforme Nogueira (2011), risco é um acontecimento incerto que pode acarretar em prejuízo econômico. Para ser segurável, o risco deve satisfazer às condições de ser possível, futuro, incerto, independente e mensurável.

Segundo Figueiredo (2012), os riscos são probabilidades grandes de perdas, prejuízos, afetando a vida das pessoas, fazendo parte do ambiente em que vivemos, mas podendo ser diferenciado por risco puro de risco especulativo.

Conforme Bestetti (2009), o risco especulativo é aquele em que se tem uma probabilidade acontecer uma perda, assim, como uma possibilidade de obter um ganho, já o risco puro é o que envolve somente uma perda, por isso, os riscos nada mais são do que as ameaças de formas voluntárias ou involuntárias existentes na vida de todas as pessoas, presentes nas atividades diárias que são repassados ao outro o compromisso de arcar com os prejuízos.

2.1.6.1 Tipos de Risco

O segurador quando do cálculo do prêmio precisa avaliar e gerenciar todos os tipos de riscos. Os tipos de riscos são:

- *Risco Legal* - está relacionado a incerteza e ao descumprimento da legislação vigente e de documentações incorretas nos contratos. A Circular da SUSEP 253/04 cita o risco legal como uma medida incerta, que por falta de embasamento e amparo legal pode prejudicar os seus contratos por serem mal negociados.
- *Risco de Crédito* - está relacionado a possibilidade de inadimplência por parte do segurado e pelas perdas associadas a desvalorização do contrato. Em contratos de risco, o risco de crédito é o mais evidente levando em consideração a hipótese de inadimplência por parte do contratado e deixando o contratante mais vulnerável ao resultado negativo. (MAIA, 2012)
- *Risco Operacional* - está relacionado com possíveis erros de sistemas por parte das empresas e que possam ocasionar fraudes e falhas na subscrição. (NOGUEIRA, 2011). O risco operacional além de se referir a problemas nos sistemas, pode ser gerado na forma humana, através de erros em faturas causando perdas importantes e relevantes para o processo.
- *Risco de Liquidez* - segundo Figueiredo (2012), o risco de liquidez compreende pela falta de ativo da organização em decorrência de má gestão que

acarreta a dificuldade em liquidar seus compromissos. O risco de Liquidez está relacionado a insuficiência de caixa para o cumprimento das obrigações.

➤ *Risco de Mercado* - está relacionado aos movimentos negativos, preços e valores do mercado. Eid (2012), descreve o risco de mercado com o impacto das oscilações sobre os eventos que o próprio mercado apresenta negativamente. Por isso, independente da prevenção que se faça, o risco de mercado é o risco que sempre existirá.

➤ *Risco Atuarial* - para Bartolo (2006), o risco atuarial é uma forma inadequada de cálculo e constituição dos procedimentos técnicos que geram insuficiência de valores. O risco Atuarial está relacionado a metodologia do cálculo inadequada gerando a possibilidade de não gerar fluxo futuro para o pagamento da indenização.

Para a contratação de um seguro, independente do ramo, os riscos são os elementos mais importantes que devem ser avaliados, pois a responsabilidade do segurador se limita ao risco que ele assumiu e eles servem para calcular o valor do prêmio.

2.1.7 Sinistro

O sinistro é a ocorrência do acontecimento previsto no contrato de seguro e que, legalmente, obriga a seguradora a indenizar. É o fato ocorrido do sinistro previsto que gera a indenização a ser paga (SILVA, 2005).

Nogueira (2011, p. 13) relata que: “Sinistro é a efetivação do risco com a ocorrência do acontecimento previsto no contrato de seguro que ocasiona prejuízo ou responsabilidade”.

De acordo com Pauzeiro (2008), sinistro é o acontecimento previsto pelo contrato de seguro, de natureza súbita, involuntária e imprevisível, que causa perdas e prejuízo pecuniário ao segurado coberto pelo seguro, devendo este, então, ser indenizado monetariamente pela seguradora.

2.1.7.1 Indenização

A indenização é o ressarcimento, a compensação ou o valor necessário que é devido a alguém para reparar a integridade física da pessoa ou do bem danificados. A indenização garante ao segurado a segurança diante das circunstâncias e dos

riscos a que se está exposto tanto fisicamente como materialmente, o ressarcimento conforme previsto em contrato não sendo maior ao valor segurado (FIGUEIREDO, 2012).

“A indenização corresponde ao que a seguradora paga ao segurado pelos prejuízos decorrentes de um sinistro. A indenização nunca é superior a importância segurada”. (SOUZA, 2009, p. 25)

De acordo com Azevedo (2008), o seguro não é um investimento para o segurado, não devendo obter lucro. O segurado paga suas parcelas de prêmio de acordo com o contrato e prevê a indenização em caso de futuros acontecimentos, por isso, a indenização é a contraprestação do segurador ao segurado.

2.1.8 Prêmio de Seguro

Como o próprio nome já diz, o prêmio dá-se a entender de que é um ganho. No caso de seguros, o prêmio tem um significado distinto, pois, é considerado o valor mensal previsto em contrato que o segurado paga ao segurador para transferência do risco, por isso, garante ao segurador assumir a responsabilidade do risco, ao mesmo tempo que garante ao segurado o recebimento de uma indenização futura (PAUZEIRO, 2008).

De acordo com Nogueira (2011), o prêmio nas operações de seguros é o valor pago pelo segurado para a seguradora, pela transferência do risco, ou seja, pela prestação do serviço do risco assumido. O prêmio não tem valor fixo e é calculado levando em consideração o tipo de risco e sua gravidade, quanto a sua exposição e o seu prazo de vigência.

Para Contador (2007, p. 62), “Prêmio representa o valor pago pelo segurado na contratação de uma apólice de seguro para cobrir o risco esperado”.

Coelho (2005), relata que, o prêmio configura o pagamento ou remuneração da prestação do serviço contratado em contrapartida à garantia contra o risco de eventual sinistro previsto em contrato.

Segundo Arieira (2006) o prêmio, valor pago pelo segurado, para uma incerta efetivação de um risco futuro, gerando um sinistro onde se obtém a indenização dos prejuízos é a principal fonte de receita operacional das companhias seguradoras.

Sendo assim, para a efetivação da contratação do seguro através do pagamento de um prêmio, este, pode ser diferenciado de três formas: Prêmio Puro, Prêmio Comercial e Prêmio Bruto.

2.1.8.1 Tipos de Prêmio

- *Prêmio Puro* - Segundo Lucas Filho, (2011), o valor do prêmio puro para ser identificado deve ser considerado o valor dos sinistros relacionados aos riscos expostos, ou seja, o cálculo do prêmio puro deve ser suficiente para garantir os prejuízos referentes aos sinistros.
- *Prêmio Comercial* – o prêmio comercial é considerado como o preço de venda do produto, é o prêmio puro acrescido das despesas incorridas da comercialização do seguro exercidos pela seguradora (NOGUEIRA, 2011).
- Prêmio Bruto – para Contador (2007), o prêmio bruto é semelhante ao prêmio comercial, o que diferencia são as despesas da comercialização das taxas relacionadas a emissão da apólice e ao Imposto Sobre Operações Financeiras (IOF) que são acrescidos ao prêmio puro.

2.1.9 Operações de Seguros

A operação de seguro está ligada profundamente ao risco assumido, este risco pode ser repartido com outras seguradoras. Desta forma Figueiredo (2012), relata que existem três formas de distribuir a responsabilidade do risco do seguro: Cosseguro, Resseguro e Retrocessão.

2.1.9.1 Cosseguro

O Cosseguro é o contrato de seguro adquirido com duas ou mais sociedades de seguros, para que o risco não seja assumido somente por uma única empresa. Para Las Casas (2003), o conceito de cosseguro é baseado no princípio da pulverização das responsabilidades.

Instituído no Brasil pelo inciso VIII, do artigo 32, do Decreto-Lei nº73, de 21/11/66, regulamentado pelas Resoluções do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) números 68 e 71, de 03/12/2001 e presente no artigo 761 do

Código Civil Brasileiro o cosseguro é uma forma da seguradora reduzir a sua exposição aos riscos (FUNENSEG, 2004).

De acordo com Souza (2009), no contrato de cosseguro, sempre é envolvido mais de uma seguradora, ambas com responsabilidades iguais da parte do total segurado e da parte do total do prêmio. As duas ou mais seguradoras repartem o risco do segurado, nos casos de seguros com valores altos, o contrato de cosseguro preserva a estabilidade das companhias seguradoras perante a liquidação do sinistro.

2.1.9.2 Resseguro

O Resseguro é a atividade voltada para diminuir a responsabilidade da seguradora perante um risco excessivo ou perigoso, nestes casos a seguradora cede a outra seguradora parte ou total da responsabilidade do seguro e do prêmio recebido. O objetivo do resseguro é manter a solvência das seguradoras pela diluição dos riscos e conseqüentemente proteger o segurado. Segundo Azevedo (2008), seguindo neste contexto, o contrato de resseguro pode ser considerado um seguro do seguro.

Na operação de resseguro, o risco transferido da seguradora para a resseguradora, é o excesso de responsabilidade que ultrapasse ao seu limite de capacidade econômica de indenização, sem o conhecimento ou qualquer interferência do segurado. Para Figueiredo (2012), com a evolução e a quantidade de riscos assumidos, o resseguro se tornou fundamental no âmbito dos seguros.

Em relação a pulverização do risco, de acordo com Freire (1969), o resseguro é o instrumento mais hábil para concretizar a cessão que a seguradora efetua de toda ou parte da responsabilidade assumida, a outra seguradora.

2.1.9.3 Retrocessão

Da mesma forma que o resseguro configura o seguro do seguro, a retrocessão é transferência do risco de um resseguro para uma outra resseguradora. Para Azevedo (2008), é a operação feita pelo ressegurador que consiste na cessão de parte das responsabilidades, por ele aceita a outros resseguradores, ou seja, a pulverização do risco proveniente de uma resseguradora.

As resseguradoras também podem assumir riscos até um limite de capacidade de indenização. De acordo com Figueiredo (2012), retrocessão é uma operação na qual o ressegurador repassa ao mercado Segurador Nacional os excessos de responsabilidade que ultrapassem os limites e sua capacidade de indenizar. Retrocessão é a operação de resseguro realizado pelo ressegurador, ou seja, o resseguro do resseguro

2.1.10 Provisões Técnicas

Conforme Luccas Filho (2011), as provisões técnicas representam o compromisso do segurador, fazendo parte do passivo, precisam ter a contrapartida da garantia em uma conta de ativo, através de aplicações financeiras que não coloquem em risco a operação de seguros. Esses ativos representam as coberturas ou o lastro para fazer às obrigações da seguradora, que são as provisões técnicas.

Apresentam um papel fundamental na gestão de uma empresa que assume riscos. As provisões técnicas são importantes na determinação do volume de impostos pagos pela empresa, pois influem diretamente no resultado bruto que serve de base para a tributação. (COSTA, 2005)

Assumindo uma parte fundamental na ótica da situação da empresa ou da organização, as provisões técnicas permitem avaliar o tamanho em valor que o passivo está ocupando no balanço, tornando a incerteza relacionada ao risco futuro, um problema para os gestores.

2.2 REGULAÇÃO DO MERCADO SEGURADOR

As Sociedades Seguradoras atuantes no Brasil são fiscalizadas e reguladas através do Sistema Nacional de Seguros Privados (SNSP) que foi instituído pelo Decreto-Lei nº73, de 1966 posteriormente alterado por outras legislações, é composto pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

2.2.1 Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP

O Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) é o órgão principal na estrutura do Sistema Nacional de Seguros Privados (SNSP) e sua principal atribuição é a de fixar as diretrizes e normas da política de Seguros Privados, objetivando promover a expansão do mercado segurador de acordo com o crescimento do país (COSTA, 2005).

Conforme Abreu (2011), o Conselho Nacional de Seguros Privados é o órgão que fixa as normas e as diretrizes dos seguros privados com a função de regular a constituição, organização funcionamento e a fiscalização daqueles que integram o Sistema Nacional de Seguros Privados (SNSP).

2.2.2 Superintendência de Seguros Privados - SUSEP

Segundo Andrade (2005), a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) como autarquia dotada de personalidade jurídica de direito público com autonomia administrativa e financeira é responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência complementar aberta, resseguro e capitalização.

De acordo com Abreu (2011), a SUSEP com o objetivo de facilitar o acompanhamento, análise e avaliação do desempenho das instituições possui o seu plano de contas padrão para uniformizar os diversos planos existentes.

A SUSEP é uma autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda que foi criada pelo Decreto-Lei nº 73 de 21 de novembro de 1966, responsável pela fiscalização das Sociedades Seguradoras, de previdência privada aberta e capitalização (CORDEIRO FILHO, 2009).

2.3 CONTABILIDADE

Conforme Braga (2009), a contabilidade é uma ciência que estuda a mensuração do patrimônio de qualquer organização, é responsável por fornecer informações que apresentam influência direta na tomada de decisão dos administradores e gestores, gerando controles e efetuando a verificação do lucro ou prejuízo no resultado da empresa.

O objetivo da contabilidade, de acordo com Szuster *et al.*, (2009), é calcular, para saber expressar os valores e as particularidades relativos ao patrimônio de quaisquer entidades. Para a gestão da empresa representa um instrumento de controle e sustento para economia, em razão de ser utilizado para comunicar a atual situação financeira e econômica da organização. As metas da contabilidade são registrar, resumir, classificar e comunicar as informações financeiras e o seu objetivo básico é prover aos diretores, gerentes, administradores da empresa e a todos os interessados, informações úteis para a tomada de decisão, sendo considerada como o principal sistema de informação.

Com a Lei 11.638/2007, o Brasil passou a adotar as Normas Internacionais de Contabilidade, mais comumente conhecidas por IFRS. Essa nova lei introduziu importantes conceitos do direito societário, tendo sido adaptados conceitos legais bastante utilizados em economias mais desenvolvidas, alinhando, também, a normatização brasileira às legislações dos Estados Unidos e de países da Europa. Foram trazidas inovações tanto para as demonstrações contábeis quanto para as práticas contábeis, visto que essas normas são baseadas muito mais em princípios do que em regras. (ANTUNES *et al.*, 2012)

A contabilidade por ser uma parte fundamental em qualquer organização ou entidade tem um amplo campo de atuação e diferentes metodologias em vários ramos de atividades.

2.3.1 Contabilização de Seguros

A contabilização de seguros deve obedecer às normas e critérios já estabelecidos, utilizando conceitos, contas e modelos de demonstrações contábeis descritos no plano de contas de acordo com a SUSEP (ARIEIRA, 2006).

Além de estarem de acordo com as normas da SUSEP as seguradoras também têm que atuar instruídas de acordo com o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e seguir a Lei nº 11.638/2007 (que dispõe sobre as sociedades anônimas), já que para atuar no Brasil as seguradoras devem ser constituídas sob a forma de sociedade anônima (FIGUEIREDO, 2012).

As empresas seguradoras são regulamentadas e fiscalizadas a fim de obter uma confiabilidade nas informações fornecidas na contabilização dos seguros. Por

tratarem de uma “proteção contra o risco” apresentam formas detalhadas de contabilizar as suas operações contribuindo para a eficiência do mercado financeiro (SILVA, 1999).

2.3.2 Normas Contábeis das Seguradoras

O mercado segurador Brasileiro através das normas contábeis das sociedades seguradoras, é estabelecido pela Resolução CNSP 86/2002, atualizada pela Circular SUSEP 464/2013, que estabelece as normas, critérios e procedimentos que possibilitem a manutenção de padrões uniformes no registro das operações e na elaboração e apresentação das demonstrações contábeis das sociedades, mediante a utilização dos conceitos, contas e modelos de demonstrações contábeis apresentados no plano de contas.

2.3.3 Plano de Contas

Conforme Braga (2009), o Plano de Contas é o agrupamento de determinado número de contas que serão utilizadas para registrar as operações de uma empresa, contendo a especificação de suas respectivas funções e de seu funcionamento, é que constitui o plano de contas da empresa.

De acordo com a Lei 6.404, de 1976, o plano de contas objetiva disciplinar a escrituração contábil e orientar a análise do desempenho da Seguradora.

2.3.3.1 Codificação do Plano Contábil

Conforme o Anexo I da Circular SUSEP 517/2015, o plano geral de codificação prevê o emprego de dois códigos distintos:

- a) O primeiro código, constituído de número de 10 (dez) algarismos, indica, da esquerda para a direita:
 - 1º Algarismo – a classe
 - 2º Algarismo – o grupo
 - 3º Algarismo – o subgrupo
 - 4º Algarismo – a conta

5º Algarismo – a subconta

6º Algarismo – o desdobramento da subconta, quando necessário

7º Algarismo – o segundo desdobramento da subconta, quando necessário

8º Algarismo – o terceiro desdobramento da subconta, quando necessário

9º Algarismo – o quarto desdobramento da subconta, quando necessário

10º Algarismo – quinto, desdobramento da subconta quando necessário

Somente a SUSEP poderá criar codificação contábil até 10º Algarismo.

- b) o segundo código, de uso facultativo pelas sociedades supervisionadas, poderá ser utilizado para as indicações julgadas necessárias às operações e aos relatórios contábeis, estatísticos ou de outra natureza.

2.3.3.2 Classes das Contas Patrimoniais

O Plano de Contas classifica as contas em 3 classes:

- a) contas de ativo, iniciadas pelo número 1;
- b) contas de passivo, iniciadas pelo número 2;
- c) contas de resultado, iniciadas pelo número 3.

Quadro 1 – Demonstração das classes de Ativo e Passivo

ATIVO	PASSIVO
11 – Circulante	21 – Circulante
12 – Não Circulante	22 – Não Circulante
19 – Compensação	24 – Patrimônio Líquido
	29 – Compensação

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Quadro 2 – Demonstração da classe de contas de Resultado

CONTAS DE RESULTADO
31- Operações de Seguros
32 - Operações de Resseguros
33 - Operações de Previdência Complementar Aberta
34 - Operações de Capitalização
35 - Despesas Administrativas
36 - Resultado Financeiro
37 - Resultado Patrimonial
38 - Ganhos e Perdas com Ativos Não Correntes
39 - Impostos e Participações sobre o Resultado

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

As classes compreendem vários grupos, os quais se desdobram em subgrupos e estes em contas e estas em subcontas.

2.3.3.2.1 Classe 1 – Ativo - Contas Patrimoniais:

a) grupo 11 – CIRCULANTE:

- 1 - subgrupo 111 – Disponível;
- 2 - subgrupo 112 – Aplicações;
- 3 - subgrupo 113 – Crédito das Operações;
- 4 - subgrupo 114 – Títulos e Créditos a Receber;
- 5 - subgrupo 115 – Outros Valores e Bens;
- 6 - subgrupo 116 – Empréstimos e Depósitos Compulsórios;
- 7 - subgrupo 117 – Despesas Antecipadas;
- 8 - subgrupo 118 – Custos de Aquisição Diferidos;
- 9 - subgrupo 119 – Ativos de Resseguro e Retrocessão;

b) grupo 12 – NÃO CIRCULANTE:

- 1 - subgrupo 121 – Realizável a Longo Prazo;
- 2 - subgrupo 122 – Investimentos;
- 3 - subgrupo 123 – Imobilizado;
- 4 - subgrupo 124 – Intangível;
- 5 - subgrupo 125 – Diferido;

c) grupo 19 – COMPENSAÇÃO:

- 1 - subgrupo 191 – Compensação;

2.3.3.2.2 Classe 2 – Passivo - Contas Patrimoniais:

a) grupo 21 – CIRCULANTE:

- 1 - subgrupo 211 – Contas a Pagar;
- 2 - subgrupo 212 – Débitos de Operações com Seguros e Resseguros;
- 3 - subgrupo 213 – Débitos de Operações com Previdência;
- 4 - subgrupo 214 – Débitos de Operações de Capitalização;
- 5 - subgrupo 215 – Depósito de Terceiros;
- 6 - subgrupo 216 – Provisões Técnicas – Seguros e Resseguros;
- 7 - subgrupo 217 – Provisões Técnicas – Previdência Complementar;
- 8 - subgrupo 218 – Provisões Técnicas – Capitalização;
- 9 - subgrupo 219 – Outros Débitos;

b) grupo 22 – NÃO CIRCULANTE:

- 1 - subgrupo 221 – Contas a Pagar;
- 2 - subgrupo 222 – Débito das Operações;
- 3 - subgrupo 223 – Provisões Técnicas – Seguros e Resseguros;
- 4 - subgrupo 224 – Provisões Técnicas – Previdência Complementar;
- 5 - subgrupo 225 – Provisões Técnicas - Capitalização;
- 6 - subgrupo 228 – Outros Débitos;

c) grupo 24 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO ou PATRIMÔNIO SOCIAL:

- 1 - subgrupo 241 – Patrimônio Líquido;
- 2 - subgrupo 242 – Patrimônio Social das Entidades Sem Fins Lucrativos;

d) grupo 29 – COMPENSAÇÃO:

- 1 - subgrupo 291 – Compensação;

2.3.3.2.3 Classe 3 – Contas de Resultado:

a) grupo 31 – OPERAÇÕES DE SEGUROS:

- 1 - subgrupo 311 – Prêmios Ganhos;
- 2 - subgrupo 312 – Rendas com Taxa e Emissão de Apólices;
- 3 - subgrupo 313 – Sinistros Ocorridos;

- 4 - subgrupo 314 – Custos de Aquisição;
- 5 - subgrupo 315 – Outras Receitas e Despesas Operacionais;
- 6 - subgrupo 319 – Resultado com Operação de Resseguros;

b) grupo 32 – OPERAÇÕES DE RESSEGUROS:

- 1 - subgrupo 321 – Prêmios Ganhos;
- 2 - subgrupo 322 – Sinistros Ocorridos;
- 3 - subgrupo 323 – Custos de Aquisição;
- 4 - subgrupo 324 – Outras Receitas e Despesas Operacionais;
- 5 - subgrupo 325 – Resultado com Operação de Retrocessão;

c) grupo 33 – OPERAÇÕES DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

ABERTA:

- 1 - subgrupo 331 – Rendas de Contribuições Retidas;
- 2 - subgrupo 332 – Variações das Provisões Técnicas;
- 3 - subgrupo 333 – Rendas com Taxa de Gestão e Outras;
- 4 - subgrupo 334 – Despesas com Benefícios e Resgates;
- 5 - subgrupo 335 – Custos de Aquisição;
- 6 - subgrupo 336 – Outras Receitas e Despesas Operacionais;
- 7 - subgrupo 339 – Resultado com Operações de Resseguro;

d) grupo 34 – OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO:

- 1 - subgrupo 341 – Receita Líquida com Títulos de Capitalização;
- 2 - subgrupo 342 – Variação das Provisões Técnicas;
- 3 - subgrupo 343 – Resultado com Sorteios;
- 4 - subgrupo 344 – Custo de Aquisição; e
- 5 - subgrupo 345 – Outras Receitas e Despesas Operacionais.

e) grupo 35 – DESPESAS ADMINISTRATIVAS:

- 1 - subgrupo 351 – Despesas com Pessoal;
- 2 - subgrupo 352 – Despesas com Serviços de Terceiros;
- 3 - subgrupo 353 – Despesas com Localização e Funcionamento;
- 4 - subgrupo 354 – Despesas com Publicidade e Propaganda;
- 5 - subgrupo 355 – Despesas com Tributos;

- 6 - subgrupo 356 – Despesas com Publicações;
- 7 - subgrupo 357 – Donativos e Contribuições;
- 8 - subgrupo 358 – Outras Despesas Administrativas;
- 9 - subgrupo 359 – Despesas Administrativas do Convênio DPVAT;

f) grupo 36 – RESULTADO FINANCEIRO:

- 1 - subgrupo 361 – Receitas Financeiras;
- 2 - subgrupo 362 – Despesas Financeiras;

g) Grupo 37 – RESULTADO PATRIMONIAL:

- 1- subgrupo 371 – Receitas Patrimoniais;
- 2 - subgrupo 372 – Despesas Patrimoniais;

h) grupo 38 – GANHOS E PERDAS COM ATIVOS NÃO CORRENTES:

- 1 - subgrupo 381 – Resultado na Alienação de Bens do Ativo Permanente;
- 2 - subgrupo 382 – Resultado de Outras Operações;
- 3 - subgrupo 383 – Redução ao Valor Recuperável;

i) grupo 39 – IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES SOBRE O RESULTADO:

- 1 - subgrupo 391 – Impostos e Contribuições;
- 2 - subgrupo 392 – Participações sobre o Resultado.

Segundo Figueiredo (2012), para transmitir de forma transparente e fidedigna a situação das sociedades seguradoras é que foram uniformizados os registros contábeis através da reformulação do Plano Contábil que estabelece os critérios, regras e os procedimentos necessários para o acompanhamento e análise da SNSP.

2.3.4 Demonstrações Financeiras

De acordo com Antunes (2012), as demonstrações financeiras são a fonte de informações econômico-financeiras das empresas com o objetivo serem divulgadas com relevância, de forma confiável e compreensível para o entendimento dos tomadores de decisões das empresas.

Para auxiliar na divulgação das demonstrações financeiras, é exigido pela Lei das Sociedades por Ações o Balanço Patrimonial (BP), afora a Demonstração do Resultado (DRE), a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras e o Relatório do Auditor Independente (FIGUEIREDO, 2012).

2.3.4.1 Relatório da Administração

O Relatório da Administração não está ligado diretamente às demonstrações financeiras, mas conforme a lei é exigido a apresentação deste relatório para evidenciar os fatos e os negócios acontecidos no exercício assim como os investimentos e dividendos (IUDÍCIBUS, 2010).

Conforme Padoveze e Benedicto (2010), o relatório da administração tem a importância principal com o relacionamento entre a empresa e todos os usuários das informações contidas nas demonstrações contábeis.

2.3.4.2 Balanço Patrimonial

O objetivo do Balanço Patrimonial (BP) é demonstrar a situação financeira e patrimonial da organização geralmente ao final de cada exercício social (BRAGA, 2009).

De acordo com Padoveze e Benedicto (2010), o balanço patrimonial tem a função básica e mais importante da empresa, onde se é classificado no ativo os bens e direitos e no passivo as obrigações e o valor patrimonial dos acionistas.

Para Iudícibus (2010), um dos pontos importantes na construção do balanço patrimonial é classificar as contas de forma ordenada e uniforme onde seja permitido aos usuários uma análise e interpretação criteriosa da posição financeira e patrimonial da empresa.

Quadro 3 – Estrutura do Balanço Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL	
ATIVO	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Circulante	Circulante
Disponível	Contas a Pagar
Equivalentes de Caixa	Débitos de Operações com Seguros e Resseguros
Aplicações	Depósitos de Terceiros
Créditos das Operações com Seguros e Resseguros	Provisões Técnicas – Seguros
Outros Créditos Operacionais	Outros Débitos
Ativos de Resseguro e Retrocessão – Provisões Técnicas	Não Circulante
Títulos e Créditos a Receber	Contas a Pagar
Outros Valores e Bens	Débitos de Operações com Seguros e Resseguros
Empréstimos e Depósitos Compulsórios	Provisões Técnicas – Seguros
Despesas Antecipadas	Outros Débitos
Custos de Aquisição Diferidos	Débitos Diversos
Não Circulante	Patrimônio Líquido
Realizável a Longo Prazo	Capital Social
Aplicações	Aumento/Redução de Capital
Créditos das Operações com Seguros e Resseguros	Reservas de Capital
Outros Créditos Operacionais	Reservas de Reavaliação
Ativos de Resseguro e Retrocessão – Provisões Técnicas	Reserva de Lucros
Títulos e Créditos a Receber	Ajuste de Avaliação Patrimonial
Outros Valores e Bens	Lucros ou Prejuízos Acumulados
Empréstimos e Depósitos Compulsórios	(-) Ações em Tesouraria
Despesas Antecipadas	
Custos de Aquisição Diferidos	
Investimentos	
Imobilizado	
Intangível	
Diferido	
Total do Ativo	Total do Passivo

Fonte: Adaptado do anexo X da Circular SUSEP 517/2015.

O quadro acima demonstra um exemplo da estrutura básica de balanço patrimonial baseado nas orientações da SUSEP que deve ser seguido pelas seguradoras.

2.3.4.3 Demonstração do Resultado do Exercício

A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) é um relatório contábil utilizado para demonstrar com clareza o resultado da empresa em determinado exercício social. A DRE demonstra as despesas e as receitas que a empresa obteve assim como seu resultado de lucro ou prejuízo (CHIAVENATO, 2008).

De acordo com Braga (2009), a Demonstração do Resultado do Exercício é um considerado um demonstrativo que apresenta as variações positivas que são as

receitas e os ganhos adquiridos e as variações negativas que são os custos, despesas e as perdas ocorridas em função das atividades da empresa.

Quadro 4 – Estrutura da Demonstração do Resultado do Exercício

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
Prêmios Emitidos
(+/-) Variações das Provisões Técnicas de Prêmios
(=) Prêmios Ganhos
(+) Receita com Emissão de Apólices
(-) Sinistros Ocorridos
(-) Custos de Aquisição
(+/-) Outras Receitas e Despesas Operacionais
(+/-) Resultado Operações de Resseguro
(-) Despesas Administrativas
(-) Despesas com Tributos
(+) Resultado Financeiro
(+) Resultado Patrimonial
(=) Resultado Operacional
(+) Ganhos ou Perdas com Ativos Não Correntes
(=) Resultado antes dos Impostos e Contribuições
(-) Imposto de Renda
(-) Contribuição Social
(-) Participações sobre o Lucro
(=) Lucro Líquido/Prejuízo
(/) Quantidade de Ações
(=) Lucro Líquido/Prejuízo por Ações

Fonte: Adaptado do anexo X da Circular SUSEP 517/2015.

O quadro acima demonstra um exemplo da estrutura de DRE baseado nas orientações da SUSEP que deve ser seguido pelas seguradoras.

2.3.4.4 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) é o relatório que apresenta as mutações sobre as novas integralizações de capital, do resultado do exercício, dos dividendos, avaliação patrimonial, entre outros referentes ao patrimônio líquido da empresa (IUDÍCIBUS, 2010).

Conforme Braga (2009), a DMPL facilita o entendimento sobre as alterações ocorridas nas contas e divisões do patrimônio líquido em determinado exercício social.

Quadro 5 – Estrutura da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Itens Mutações	Capital Social	Aumento/Redução Capital	Reservas de			Ajuste TVM	Lucros/Prejuízos Acumulados	Total
			Capital	Reavaliação	Lucros			
SALDOS ANTERIORES								
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES								
AUMENTO/REDUÇÃO DE CAPITAL								
AGO/E de _ / _ / _								
Portaria SUSEP nº								
RESERVA DE CAPITAL								
Ágio na Emissão de Ações								
Alienação de partes beneficiárias								
Outras Reservas de Capital								
RESERVAS DE REAVALIAÇÃO								
Realização								
Baixa								
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS								
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO								
PROPOSTA P/DISTRIBUIÇÃO DO RESULTADO								
Reserva Legal								
Reserva para Contingências								
Reserva de Lucros a Realizar								
Reservas Estatutárias								
Juros s/o Capital Próprio/Dividendos								
Outros								
SALDOS FINAIS								

Fonte: Adaptado do anexo X da Circular SUSEP 517/2015.

O quadro acima demonstra um exemplo da estrutura de DMPL baseado nas orientações da SUSEP que deve ser seguido pelas seguradoras.

2.3.4.5 Demonstração do Fluxo de Caixa

A Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) é responsável por demonstrar as entradas e as saídas e de que forma ocorreram essas modificações em determinado período de tempo. Pela Lei das Sociedades por Ações (S.A), essa demonstração é obrigatória e o CFC também a tornou obrigatória para as demais sociedades (IUDÍCIBUS, 2010).

De acordo com Braga (2009), a Demonstração do Fluxo de Caixa é um relatório financeiro que evidencia as movimentações nos saldos de caixa e

equivalentes de caixa através dos recebimentos e pagamentos da empresa. Os fluxos de caixa desse demonstrativo podem ser divididos em operacional, investimento e financiamento.

Quadro 6 – Estrutura da Demonstração do Fluxo de Caixa – Método Indireto

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO
ATIVIDADES OPERACIONAIS
Lucro Líquido do Exercício
Ajustes para:
Depreciação e amortizações
Perda (Reversão de perdas) por redução ao valor recuperável dos ativos
Variação no valor justo de propriedades para investimento
Perda (Ganho) na alienação de imobilizado e intangível
Resultado de Equivalência Patrimonial
Outros Ajustes
Variação nas contas patrimoniais:
Ativos financeiros
Créditos das operações de seguros e resseguros
Ativos de Resseguro
Créditos fiscais e previdenciários
Ativo fiscal diferido
Depósitos judiciais e fiscais
Despesas antecipadas
Custos de Aquisição Diferidos
Outros Ativos
Impostos e contribuições
Outras contas a pagar
Débitos de operações com seguros e resseguros
Depósitos de terceiros
Provisões técnicas - seguros e resseguros
Provisões judiciais
Outros passivos
Continuação
Caixa Gerado/(Consumido) pelas Operações
Juros pagos
Juros recebidos
Recebimento de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio
Imposto sobre o lucro pagos
Caixa Líquido Gerado/ (Consumido) nas Atividades Operacionais
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO
Recebimento pela Venda:
Investimentos
Imobilizado
Intangível
Pagamento pela Compra
Investimentos
Imobilizado
Intangível
Caixa Líquido Gerado/(Consumido) nas Atividades de Investimento

ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO
Aumento de Capital
Redução de Capital
Distribuição de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio
Aquisição das próprias ações
Venda das próprias ações
Aquisição de Empréstimos
Pagamento de Empréstimos (exceto juros)
Outros
Caixa Líquido Gerado/(Consumido) nas Atividades de Financiamento
Aumento/(Redução Líquido (a) de Caixa e Equivalentes de Caixa
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período

Fonte: Adaptado do anexo X da Circular SUSEP 517/2015.

O quadro acima demonstra um exemplo da estrutura de DFC indireto baseado nas orientações da SUSEP que deve ser seguido pelas seguradoras.

2.3.4.6 Notas Explicativas

As notas explicativas são consideradas como um complemento das demonstrações contábeis que não podem ser evidenciadas no corpo das demonstrações contábeis. São divulgadas informações sobre a base de preparação das demonstrações financeiras e das práticas contábeis aplicadas, informações exigidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil que não estejam apresentadas em nenhuma outra parte das demonstrações contábeis, outros (IUDÍCIBUS, 2010).

Conforme Braga (2009), as notas explicativas ajudam a fornecer transparência para as informações integrando às demonstrações contábeis possibilitando as pessoas um entendimento perfeito.

De acordo com o Art. 43 da Circular SUSEP 517/2015, deverão ser divulgadas nas notas explicativas as informações previstas em cada pronunciamento contábil aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), referendado pela SUSEP, e as informações referentes às demonstrações individuais.

2.3.4.7 Relatório dos Auditores Independentes

O Relatório dos Auditores Independentes, denominado por parecer de auditor independente é baseado sobre todas as demonstrações contábeis e em várias

circunstâncias é considerado obrigatório. A Lei das Sociedades por Ações determinou que as instituições subordinadas à SUSEP tenham suas demonstrações contábeis auditadas (IUDÍCIBUS *et. al.*, 2010).

Conforme Braga (2009), o parecer do auditor independente contratado pelos administradores e feito através do relatório assegura que os procedimentos contábeis foram seguidos adequadamente e que as informações apresentam confiabilidade.

No presente capítulo foram abordados os conceitos e definições referentes aos processos e riscos que envolvem uma contratação de um seguro com enfoque na contabilização dos prêmios de seguros.

No próximo capítulo são abordadas as normas e práticas utilizadas desde o início da pesquisa a fim de alcançar os objetivos propostos.

3 METODOLOGIA

Nesse capítulo são abordados os procedimentos utilizados na metodologia da pesquisa, descrevendo a sua classificação, unidade de análise, sujeitos, coleta e tratamento de dados, análise e as limitações da pesquisa e do objeto de estudo.

Para Barros e Lehfeld (2008), a metodologia de pesquisa corresponde a um conjunto de procedimentos a serem utilizados na obtenção do conhecimento. É a aplicação do método, por meio de processos e técnicas, que garantem a legitimidade científica do saber obtido.

A importância da metodologia de pesquisa é demonstrar os passos percorridos até alcançar os objetivos traçados no início da pesquisa.

3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

A classificação da pesquisa desenvolvida é de natureza aplicada, utilizando de conhecimentos de autores e as leis que se aplicam ao tema da pesquisa.

Para Bueno (2015), a pesquisa aplicada gera conhecimentos para a aplicação da solução dos problemas e se utiliza dos conhecimentos obtidos através da pesquisa pura. Já para Barros e Lehfeld (2010), é uma necessidade de conhecimento para contribuir com as práticas e auxiliar na solução dos problemas.

A abordagem do problema é através de pesquisa qualitativa analisando e interpretando dados e informações obtidas a fim de chegar ao objetivo estabelecido.

Para Richardson (2008), a pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentados pelos entrevistados. A pesquisa qualitativa tem por objetivo compreender os fenômenos reunindo dados utilizados para entender sobre o problema (MARTINS; THEÓPHILO, 2007).

O objetivo da pesquisa é de natureza descritiva, uma vez que descreve as características e fenômenos acerca do assunto abordado.

Gil (2008) relata que a pesquisa descritiva utiliza técnicas padronizadas de coleta de dados. A pesquisa descritiva é baseada na observação, registro, análise e a ligação de fatos ou fenômenos sem alterá-los as suas origens (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007).

No que se refere ao delineamento, este estudo é caracterizado como pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e estudo de caso, pois foi desenvolvido em uma empresa, utilizando-se livros e documentos disponibilizados pela empresa para consulta das informações necessárias à realização do estudo.

Para Marconi e Lakatos (2009), a pesquisa bibliográfica é a mais utilizada, pois engloba toda a literatura já tornada pública em relação ao tema de estudo. Conforme Gil (2008), utiliza-se de um material já escrito por meio de livros e artigos científicos.

Segundo Medeiros (2009), a pesquisa documental compreende o levantamento de documentos que geralmente é mais adequado ao processo investigatório por apresentar custos reduzidos e que não foram utilizados como base de uma pesquisa. Santos (2000), descreve que a pesquisa documental é realizada em fontes originais ou autênticos.

Conforme Yin (2010), estudo de caso é apenas uma das várias maneiras de realizar a pesquisa de ciência social, o seu uso com a finalidade de pesquisa permanece um dos empreendimentos mais desafiadores das ciências sociais. Como método de pesquisa, o estudo de caso é usado em muitas situações, para contribuir ao nosso conhecimento dos fenômenos individuais, grupais, organizacionais, sociais, políticos e relacionados.

Como técnica de pesquisa é desenvolvida uma entrevista não estruturada focalizada que com um modelo mais flexível através de um roteiro de tópicos onde o entrevistado responde de forma livre ao tema abordado.

3.2 UNIDADE DE ANÁLISE

A unidade de análise deste estudo compreende empresas de seguros denominadas Sociedades Seguradoras constituídas sob a forma de sociedades anônimas que gerenciam riscos atuantes no ramo de seguro de vida. Uma destas empresas atuantes no mercado segurador brasileiro fiscalizada pela SUSEP, que utiliza as normas e práticas para a Contabilização dos Prêmios de Seguros foi consultada para o fornecimento dos dados estudados.

3.3 SUJEITOS DA PESQUISA

Os sujeitos da pesquisa são aqueles que fornecem os dados para a pesquisa, neste estudo, o sujeito é a empresa Facil Seguros, localizada na cidade de Porto Alegre, sendo sua atividade voltada à comercialização de seguros, em especial, seguros de vida.

As áreas envolvidas para o fornecimento dos dados, relatórios e entrevista foram a área contábil e a de controladoria através de seus contadores responsáveis.

3.4 COLETA E TRATAMENTO DOS DADOS

Para Barros e Lehfeld (2008), a coleta dos dados é a etapa da pesquisa em que se indaga a realidade e se obtêm dados pela aplicação de técnicas. As técnicas de coleta utilizadas no estudo são: as fontes primárias e secundárias, a observação indireta e a entrevista informal com os responsáveis pelos departamentos.

As fontes primárias representam a pesquisa documental, ou seja, por meio da coleta de dados são obtidos documentos integrantes da pesquisa, podendo estes ser escritos ou não escritos (MARCONI; LAKATOS, 2009). As fontes primárias da pesquisa serão coletadas através documentos e relatórios, planilhas e base de dados que ainda não foram analisados da empresa escolhida como referência da pesquisa.

Para Andrade (2007) as fontes secundárias compreendem a pesquisa bibliográfica, do qual está baseada em fatos obtidos através das fontes primárias para a formação de obras literárias. As fontes secundárias da pesquisa serão coletadas a partir de livros, legislações, normas contábeis, relatórios contábeis e artigos científicos.

De acordo com Cervo, Bervian e Silva (2007), a entrevista informal é um instrumento de pesquisa quando se tem a necessidade de recolher dados que não podem ser encontrados em registros e fontes documentais e que podem ser fornecidos por certas pessoas.

Sendo assim, esta pesquisa foi efetuada através da análise e interpretação dos dados e informações coletadas a partir das pesquisas documentais, bibliográficas e na entrevista realizada.

A entrevista efetuada na pesquisa conforme apêndice A foi conduzida pelo pesquisador diretamente com a contadora responsável pela contabilização dos prêmios de seguros.

3.5 ANÁLISE DOS DADOS

A análise de dados tem o objetivo de responder à pergunta norteadora do trabalho e alcançar os objetivos estabelecidos. A análise dos dados desta pesquisa iniciou com a apresentação em relação a estrutura da empresa estudada, no que se refere a sua organização, localidade, missão, visão, objetivos, funcionamento dos setores e os produtos comercializados. Após, foram utilizados os relatórios disponibilizados pela empresa para analisar os resultados obtidos em 2017 em comparação ao ano de 2016, evidenciando através dos relatórios gerenciais o faturamento de cada produto da empresa.

A seguir, foram analisadas as contas contábeis utilizadas para a contabilização dos prêmios, quanto aos seus objetivos e forma de lançamento, em comparação ao abordado no referencial teórico, guiados por um roteiro contábil que é exemplificado ao final da análise.

3.6 LIMITAÇÕES DO MÉTODO

As limitações do método da pesquisa, em relação a coleta das informações baseado nos relatórios gerenciais, fica restrito aos cargos de nível de gerencial e diretorias da empresa dificultando o acesso às informações mais precisas e detalhadas que impedem a análise dos dados de forma mais profunda.

A pesquisa apresenta limitações em relação a literatura diversificada, dificultando a interpretação do pesquisador e limitando às legislações, no mesmo sentido em que faltam bibliografias atualizadas com o cenário atual do tema estudado que está em constante evolução no mercado.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo é apresentado o tema pesquisado, com informações fornecidas pela empresa, evidenciando a contabilização de prêmios de seguros de vida da empresa Facil Seguros.

4.1 LEVANTAMENTO DOS DADOS DO ESTUDO DE CASO

Os dados analisados neste capítulo, foram extraídos dos relatórios internos gerenciais, balanço patrimonial do exercício de 2017 da Sociedade Seguradora Facil Seguros, divulgado no Diário Oficial da União (DOU), seguido de informações coletadas nas entrevistas e guiados pela legislação referente ao tema da pesquisa acompanhado da bibliografia apresentada nos capítulos anteriores.

Para abordar o objeto deste estudo serão apresentados os dados da empresa Facil Seguros, a fim de gerar uma visão completa e geral da seguradora para auxiliar no entendimento do negócio.

4.1.1 Apresentação da Empresa

A Sociedade Seguradora Facil Seguros está no mercado segurador há mais de cem anos como uma entidade financeira equiparada de capital fechado com sede no Centro de Porto Alegre/RS, sendo uma das empresas destaques nesta região. Atuando como instituição autorizada pela SUSEP, conforme conceituado por Azevedo (2008), a empresa é especializada em comercialização de seguros de vida operando em alguns estados do Brasil e no Distrito Federal com mais 300 funcionários. Estas informações foram extraídas do site da empresa assim como a missão, visão e objetivos apresentados a seguir.

A missão da empresa Facil Seguros é proteger as pessoas garantindo sua segurança através de seus produtos e preços acessíveis, buscando a eficiência e qualidade no serviço prestado.

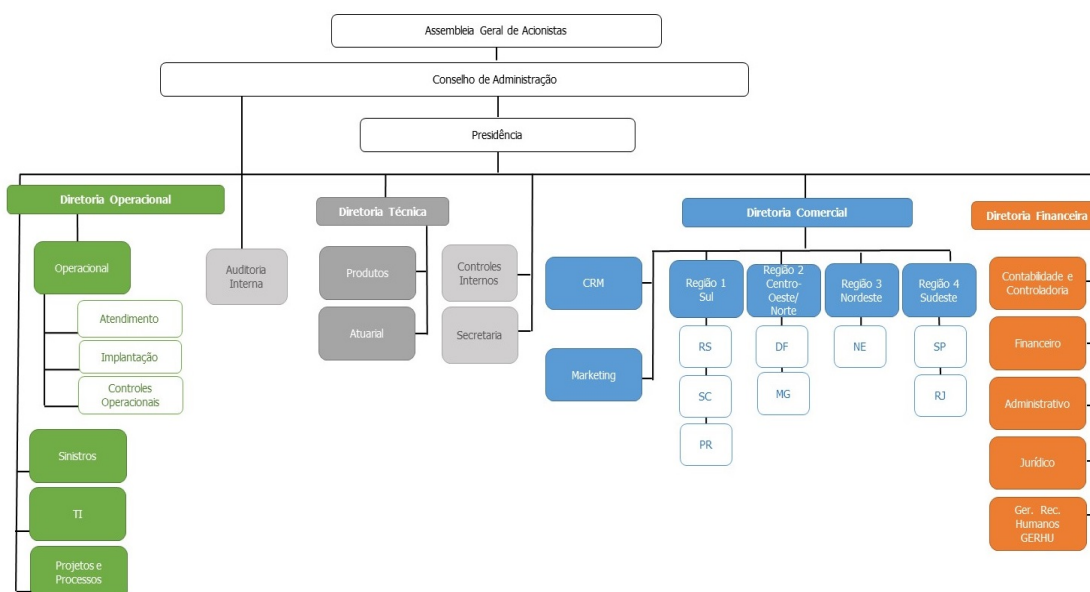
Como visão, a empresa apresenta o objetivo de ser referência no segmento de seguro de vida atendendo variados tipos de clientes.

Nos objetivos a empresa busca a satisfação dos seus clientes, administradores, acionistas, parceiros e clientes como também o processo de melhoria contínua e seguindo a legislação vigente.

De acordo com a gestora da área de Controladoria, para justificar o crescimento e evolução que a empresa vem apresentando, relata que, para chegar na posição atual de mercado, a seguradora passou por diversas administrações até ser considerada referência no ramo de seguros de pessoas no Brasil. Para o sucesso desta comercialização do seguro, a empresa conta com uma carteira de mais de seis mil corretores espalhados por todo o Brasil dando o suporte para os milhares de segurados cadastrados em sua base de dados.

A estrutura da empresa está demonstrada em um organograma conforme a figura 1:

Figura 1 – Organograma da estrutura da empresa



Fonte: Elaborado pela empresa (2018).

De acordo com o organograma apresentado, fornecido pela área de Controles Internos da empresa Facil Seguros, a organização dos processos internos e externos são divididos por diretorias. De acordo com seu segmento, são colaboradas pelas equipes que efetivamente trabalham na operação do negócio. Estas diretorias são diretamente subordinadas à Presidência, que conta com o suporte da Secretaria, Auditoria Interna e Controles Internos, onde fornecem as

informações ao Conselho da Administração, que determina a relevância e importância da informação para chegar aos Acionistas.

As diretorias são separadas por quatro denominações: operacional, comercial, financeira e técnica. A diretoria operacional é responsável por toda tecnologia da empresa, quanto ao suporte e implantação de sistemas, novos projetos, mas também quanto à emissão e faturamento das apólices de seguros e processos de sinistros. A diretoria comercial é responsável por toda parte de vendas e marketing que chega até o cliente e está distribuída pelas regiões do Brasil através das sucursais. A área financeira controla e faz o tratamento de todos os números da empresa pela contabilidade e controladoria, assim como a administração de patrimônio, parte jurídica e de recursos humanos. A diretoria técnica é voltada para o cálculo dos prêmios de seguros baseados nos riscos, mas também pela criação e manutenção dos produtos oferecidos e comercializados pela empresa.

4.1.1.1 Produtos

A empresa Facil Seguros trabalha com produtos relativos ao seguro de vida para pessoas e famílias ou para empresa e seus funcionários. A seguir, estão relacionados os produtos oferecidos na comercialização do negócio:

Os produtos oferecidos às pessoas físicas são:

- *Vida* – o produto vida é responsável pela proteção dos prejuízos causados por imprevistos, onde o segurado e/ou seus beneficiários estejam seguros conforme destacado por Souza (2009) quem se beneficia do seguro e sejam amparados pela seguradora o mais rápido possível.
- *Acidentes Pessoais* – o produto que atua em relação aos acidentes pessoais, dá segurança aos problemas acontecidos eventualmente, podendo garantir também em caso de invalidez permanente por acidente. Este seguro garante o pagamento de uma indenização ao próprio segurado, que poderá variar de acordo com o grau de invalidez, podendo ser parcial ou até mesmo total.
- *Assistência Funeral* – o seguro de assistência funeral garante a realização do funeral do segurado independente da causa ou do local do falecimento, sem precisar gerar preocupações para os familiares.
- *Renda Hospitalar* – o seguro de renda hospitalar atua na proteção do segurado quando em casos de problemas de saúde por motivos de doença ou

acidente pessoal, nestes casos o segurado recebe o valor para cobrir os dias de internação.

➤ *Renda Temporária por Incapacidade* – da mesma forma em que o seguro de renda hospitalar garante uma indenização ao segurado, o seguro de renda temporária por incapacidade, paga ao segurado o valor correspondente a sua atividade quando estiver incapacitado de exercê-la.

Os produtos oferecidos às pessoas jurídicas e seus funcionários são:

➤ *Empresarial* – o seguro empresarial é destinado aos funcionários, para que eles fiquem tranquilos quanto ao pagamento ou indenização do capital segurado aos seus beneficiários ou a ele mesmo. As empresas que contratam este tipo de seguro podem ter de 3 a 300 funcionários não sendo obrigatório para todos, sendo flexível apenas pelos que optarem.

➤ *Vida em grupo* – o seguro de vida em grupo, garante cobertura para os imprevistos causados acidentes ou eventos da natureza, é elaborado de acordo com a necessidade, perfil e/ou faixa etária de cada grupo.

➤ *Acidentes Pessoais Coletivo* – este seguro oferece proteção aos grupos, gerando mais tranquilidade às empresas garantindo coberturas para imprevistos causados por acidentes pessoais, é também elaborado de acordo com a necessidade, perfil e/ou idade de cada grupo.

➤ *Prestamista* – o seguro prestamista é a opção as pessoas jurídicas diante de uma dívida, oferecendo proteção financeira para quitação do saldo ou de um determinado número de parcelas, em caso de imprevistos, da não realização do pagamento.

Todos os seguros oferecidos têm suas condições gerais estabelecidas, constando as garantias e os riscos excluídos na contratação do seguro.

A fonte destas informações citadas acima foram extraídas do site da Facil Seguros e também do guia de produtos utilizados para apresentação da empresa, atualizadas no ano de 2018.

4.1.1.2 Resultados

A empresa passou por diversas mudanças e trocas de sistemas operacionais para otimizar os processos e gerar maior resultado, diante disso os resultados apresentados pela empresa no balanço patrimonial do exercício de 2017 foram

muito significativos ao que era esperado pelos acionistas de valores de receita, relacionados à contabilização dos prêmios de seguro. Demonstrou com clareza a apuração das informações sobre o resultado da empresa conforme abordado por Chiavenato (2008) no capítulo 2.

A seguradora remodelou seus processos internos, investiu aproximadamente R\$ 5 milhões de reais, entre o período de 2016 e 2017, em plataformas digitais para corretores, estipulantes e segurados, intensificou os canais de atendimento à rede comercial e seus clientes com o objetivo de aumentar a sua receita.

A empresa apresentou em 2017 um aumento em 42,86% na emissão de prêmios comparado com o ano de 2016, finalizando o exercício social de 2017 com R\$ 349,7 milhões de reais. O que resultou na sua Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), um lucro líquido para a empresa de R\$ 19,5 milhões de reais, ou seja, em torno de R\$ 3,5 milhões de reais a menos do que em 2016, pelas informações divulgadas em fevereiro de 2018 no Diário Oficial da União conforme observados no quadro 7.

Quadro 7 – Demonstração do Resultado do Exercício da empresa Facil Seguros

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO		
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)		
	31/12/2017	31/12/2016
Prêmios Emitidos	349.745	244.813
(-) Variações das Provisões Técnicas de Prêmios	-4.345	-75
(=) Prêmios Ganhos	345.400	244.738
(+) Receita com Emissão de Apólices	2.201	2.053
(-) Sinistros Ocorridos	-126.655	-100.148
(-) Custos de Aquisição	-79.809	-56.868
(-) Outras Despesas Operacionais	-65.093	17.651
(-) Resultado Operações de Resseguro	-1.877	-798
(-) Despesas Administrativas	-49.467	-44.643
(-) Despesas com Tributos	-2.665	-2.287
(+) Resultado Financeiro	16.370	14.690
(+) Resultado Patrimonial	-1.735	11
(=) Resultado Operacional	36.670	39.187
(+) Ganhos ou Perdas com Ativos Não Correntes	-505	-48
(=) Resultado antes dos impostos e participações	36.165	39.139
(-) Imposto de Renda	-8.892	-8.730
(-) Contribuição Social	-6.876	-6.642
(-) Participações sobre o Lucro	-934	-790
(=) Lucro Líquido do exercício	19.463	22.977
(/) Quantidade de Ações	12.887	12.852
(=) Lucro Líquido por Ação	1,51	1,79

Fonte: Balanço Patrimonial da Empresa Facil Seguros (2018).

A empresa utiliza relatórios gerenciais, efetuados com informações agrupadas para acompanhamento das vendas e verificação do faturamento, visto que, sua operação de seguros na emissão de prêmios gera a sua principal receita, com relação direta ao objeto deste estudo. A emissão dos prêmios diretos está contemplada neste faturamento evidenciado na resposta da questão 2 da entrevista (conforme Apêndice A) e conforme pode ser observado no quadro 8.

Quadro 8 – DRE acumulado da empresa Facil Seguros

DRE ACUMULADO	
Valores Acumulados (R\$ milhões)	2017
FATURAMENTO	267,4
RECEITA ACEITA/CEDIDA	78,6
VARIAÇÃO DE PROVISÕES	-4,3
RECEITA/PRÊMIO GANHO	341,7
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	4,2
COMERCIALIZAÇÃO	-93,0
SINISTROS RETIDOS	-124,8
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	-68,8
MARGEM TÉCNICA	59,3
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	-34,6
TRIBUTOS E TAXAS	2,7
DESPESAS ADMINISTRATIVAS TOTAIS	-37,3
RESULTADO OPERACIONAL	22,0
RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	25,7
RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS -OPERAÇÕES SEGUROS	-9,3
RESULTADO FINANCEIRO	16,4
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	-0,5
RESULTADO PATRIMONIAL	-1,7
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO	36,2
IMPOSTO E PARTICIPAÇÕES	-16,7
Contribuição Social	-6,9
Imposto de Renda	-8,9
Participação nos Lucros	-0,9
RESULTADO LÍQUIDO	19,5

Fonte: Relatório gerencial elaborado pela empresa (2018).

Os produtos comercializados conforme descritos anteriormente podem ser analisados quanto a sua representatividade em torno do faturamento total da empresa. O seguro de Acidentes Pessoais Coletivos é o que apresenta maior receita para a empresa, conforme respondido na questão número 1 da entrevista (conforme Apêndice A), representando 28,5% do faturamento acumulado total no ano de 2017 conforme evidenciado no quadro 9.

Quadro 9 – Demonstrativo de Faturamento da empresa Facil Seguros

FATURAMENTO 2017	ACUMULADO
(Em milhares de reais)	
VIDA EM GRUPO	56.530
ACIDENTES PESSOAIS COLETIVOS	76.235
PRESTAMISTA	14.680
OUTROS (Empresarial, Vida, Acidentes Pessoas, Assistência Funeral, Renda Hospitalar e Renda Temporária)	30.623
PRODUÇÃO SUCURSAIS (1)	178.068
QUEBRA DE GARANTIA	64.515
DPVAT	24.848
PRODUÇÃO SUCURSAIS (2)	89.363
OPERAÇÕES DIRETAS (1+2) = FATURAMENTO	267.431
PRÊMIOS DE COSSEGUROS ACEITOS	84.577
PRÊMIOS DE COSSEGUROS CEDIDOS	-2.263
PRÊMIO DE RESSEGUROS	-3.739
RECEITA ACEITA/CEDIDA (3)	78.575
FATURAMENTO + RECEITA ACEITA/CEDIDA (1+2+3)	346.006

Fonte: Relatório gerencial elaborado pela empresa (2018).

Conforme exposto no quadro acima e complementado nas respostas das questões 7 e 9 da entrevista efetuada na área de Controladoria da seguradora (conforme Apêndice A), as operações diretas fazem parte do faturamento da empresa, diferente das operações de cosseguero e resseguero que são considerados receita aceita ou cedida.

A nota explicativa exigida pela circular SUSEP 517/2015 conforme informado anteriormente referente ao procedimento de apuração do resultado inserida no relatório da administração do exercício de 2017, divulgado em 27 de fevereiro de 2018 esclarece, “Os prêmios de seguro, cosseguero aceito, prêmios cedidos e os respectivos custos de comercialização, são registrados quando da emissão das apólices ou do recebimento para os produtos de risco”.

Os resultados da empresa representam para Ludícibus (2010), conforme apresentado no referencial teórico, informações necessárias para compreender a situação patrimonial da empresa disponível para todos os tipos de usuários.

4.2 OBJETIVO E FORMA DE CONTABILIZAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS CONTÁBEIS DAS OPERAÇÕES DE PRÊMIO

A contabilização das operações de prêmio das Sociedades Seguradoras está estabelecida na Circular da Susep 517/2015 consolidada que dispõe sobre

provisões técnicas; teste de adequação de passivos; ativos redutores; capital de risco de subscrição, crédito, operacional e mercado; constituição de banco de dados de perdas operacionais; plano de regularização de solvência; registro, custódia e movimentação de ativos, títulos e valores mobiliários garantidores das provisões técnicas; Formulário de Informações Periódicas - FIP/SUSEP; Normas Contábeis e auditoria contábil independente das seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradores; exame de certificação e educação profissional continuada do auditor contábil independente e sobre os Pronunciamentos Técnicos elaborados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

A seguir, são apresentados os objetivos e a contabilização das principais contas de operações de prêmio da Facil Seguros de acordo com circular SUSEP 517/2015 e com alterações introduzidas pelas circulares 521/2015, 543/2016, 544/2016 e 561/2017 previstos no plano de contas apresentado anteriormente que é utilizada como base para os lançamentos contábeis da seguradora conforme informado pela gestora da área de Controladoria na questão 4 durante a entrevista (conforme Apêndice A).

4.2.1 Contas de Ativo

Conta: 11131(Bancos Conta Depósito – Movimento)

Objetivo: Registrar os recursos depositados nas contas bancárias.

Contabilização: Débito - Pelos depósitos, avisos de créditos e, quando for o caso, as variações cambiais ativas. Crédito - Pela emissão de cheques, transferências de recursos e outros avisos de débitos.

Conta: 113111 (Prêmios – Riscos Vigentes Emitidos)

Objetivo: Registrar, por ramo, pelo início da vigência do risco, os recursos financeiros a ingressar com o recebimento dos prêmios relativos aos seguros, bem como os juros a apropriar, referentes ao adicional de fracionamento.

Contabilização: Débito - Pelas emissões das apólices. Crédito – Pelos respectivos recebimentos.

4.2.2 Contas de Passivo

Conta: 21124 (Imposto sobre Operações Financeiras)

Objetivo: Registrar as retenções e/ou provisões de impostos e encargos sociais a recolher, apuradas de acordo com a legislação em vigor, relativas ao período ou exercício cujos recolhimentos ainda não tenham sido efetuados.

Contabilização: Débito - Pelos recolhimentos efetuados. Crédito - Pelas retenções ou provisões efetuadas durante o mês e atualizações monetárias.

Conta: 212221(Prêmios) e 212231(Prêmios Líquidos de Comissões)

Objetivo: Registrar, por ramo e congêneres, as operações entre empresas sediadas no País.

Conta: 2123111(Riscos Emitidos) e 2123211(Prêmios)

Objetivo: Registrar, por ramo, os prêmios de resseguros cedidos e respectivas comissões, os sinistros; saldos das contas correntes mensais e outros débitos e adiantamentos de sinistros recebidos, por conta de resseguros cedidos.

Contabilização: Débito - Pela prestação de contas correntes mensais com os resseguradores; pelo Movimento Operacional, pela quitação das GR's mensais, pelos adiantamentos de sinistros e outros efetuados pelo ressegurador na C/C da empresa/entidade. Crédito - Pelos prêmios cedidos ao ressegurador, por ocasião da emissão dos contratos; cobrança dos títulos, pelo saldo das contas correntes mensais, por outros adiantamentos de sinistros concedidos pelo ressegurador.

Conta: 21241 (Comissões a Pagar – Seguros)

Objetivo: Registrar, por ramo, as comissões e os juros a pagar por ocasião da emissão dos títulos, líquidas das participações cedidas às congêneres e aos resseguradores.

Contabilização: Débito - Por ocasião da cobrança dos títulos, pela provisão das comissões e juros sobre prêmios cedidos às congêneres e aos resseguradores. Crédito - Por ocasião da emissão dos títulos.

Conta: 2125111(Comissões – Riscos Emitidos)

Objetivo: Registrar as comissões a pagar aos corretores por ocasião da cobrança dos títulos e as recuperações relativas aos prêmios restituídos.

Conta: 21541 (Seguros)

Objetivo: Registrar, transitoriamente, os créditos relativos ao recebimento de prêmios e emolumentos de seguros, cosseguros aceitos e resseguros, quando não identificados no ato do recebimento.

Contabilização: Débito - Pela transferência para as respectivas contas. Crédito - Pelo recebimento dos prêmios e emolumentos.

Conta: 216154(Recuperações sobre Cosseguros Cedidos); 2161521 (Direto) e 2161511 (Direto)

Objetivo: Registrar, por ramo, a Provisão de Sinistros a Liquidar Administrativa e Judicial, constituída de acordo com a legislação vigente.

Contabilização: Débito - Pelo pagamento ou baixa dos sinistros avisados, pela contabilização das participações cedidas a congêneres e resseguradores. Crédito - Pelo valor das indenizações avisadas, ajustes de estimativas, transferência de carteira.

4.2.3 Contas de Resultado

Contas: 31111111(Prêmios – Riscos Emitidos) e 3111131(Prêmios Cedidos em Cosseguros)

Objetivo: Registrar, por ramo, os prêmios de seguros, cosseguros aceitos, cosseguros cedidos, com base nos registros de documentos emitidos, pelo seu valor em moeda corrente da data de início de vigência do risco. Registrar, ainda, como “Prêmios Emitidos”, as aceitações de operações com o exterior e os valores estimados dos prêmios de vigência de risco do mês em curso, nos casos em que não se conheça, no próprio mês de vigência do seguro, o valor real dos riscos cobertos.

Contabilização: Débito – pelo estorno dos prêmios referentes a riscos vigentes não emitidos, nos casos previstos, quando da emissão dos documentos atinentes aos valores dos prêmios efetivos. Crédito - pela emissão dos documentos ou, nos casos previstos, por ocasião do registro estimado.

Conta: 3141111(Riscos Vigentes)

Objetivo: Registrar, por ramo, as comissões incidentes sobre prêmios de seguros, cosseguros aceitos, resseguros aceitos, transferência de carteira e retrocessões, antes de qualquer cessão, com base nos registros de documentos emitidos e/ou transferidos. Registrar, ainda que por estimativa, o valor das comissões incidentes sobre os prêmios estimados, nos casos em que não se conheça o valor real dos riscos cobertos no próprio mês de vigência do seguro.

Contabilização: Débito – por ocasião da emissão das apólices ou, nos casos previstos, por ocasião do registro estimado dos prêmios. Crédito – por ocasião do cancelamento das apólices emitidas e recuperações decorrentes de prêmios restituídos a segurados; pelo estorno.

Conta: 314231(Direto)

Objetivo: Registrar, por ramo, as comissões recuperáveis de congêneres sobre prêmios cedidos às mesmas, com base nos registros de documentos emitidos.

Contabilização: Débito - por ocasião do cancelamento das apólices emitidas e recuperações decorrentes de prêmios restituídos a segurados. Crédito - por ocasião da emissão das apólices.

4.3 ROTEIRO CONTÁBIL DA OPERAÇÃO DE PRÊMIO

O roteiro contábil das operações de prêmio de seguro é estabelecido inicialmente pela Circular SUSEP 356 de 2007, anexo IV e após revogada pela Circular 517 de 30 de julho de 2015.

De acordo com estas informações da Circular SUSEP 356/2007 atualizada pela Circular SUSEP 517/2015, é apresentado a seguir o roteiro contábil das operações de prêmio.

Emissão de Apólice

Prêmio Direto

a) Prêmio de Seguro:

D - 113111 - Prêmios Riscos Vigentes Emitidos

C - 3111111 - Prêmios Riscos Emitidos

A conta contábil de Prêmios - Riscos Vigentes Emitidos é aquela responsável em receber o valor pago pelo segurado na emissão do seguro. No lançamento demonstrado, de acordo com a resposta da questão número 3 da entrevista (conforme Apêndice A), é debitado o valor correspondente ao prêmio e creditado a receita da emissão referente a este seguro.

b) IOF sobre Prêmio Emitido:

D – 113111 – Prêmios Riscos Vigentes Emitidos

C – 21124 – Imposto sobre operações financeiras

A contabilização do IOF (imposto sobre operações financeiras) se dá através do valor adicionado ao valor cobrado do segurado, devido quando do pagamento do seguro e será repassado ao fisco nos prazos previstos na legislação específica.

c) Comissão sobre Prêmio Emitido:

D – 3141111 – Comissão sobre Prêmios Emitidos – Direto – Riscos Vigentes

C – 2125111 – Comissões – Riscos Emitidos

A comissão é uma das principais despesas da seguradora, paga ao corretor de seguros como representante legal e habilitado do segurado, de acordo com Contador (2007) e o registro contábil é efetuado de forma a debitar a despesa com comissão em contrapartida ao crédito do passivo (obrigação) de comissão sobre prêmios emitidos. No momento da emissão do prêmio deve ser registrada a comissão envolvida neste seguro de acordo com a resposta da questão número 6 da entrevista (conforme Apêndice A).

Recebimento do Prêmio

a) Prêmio Total:

D – 11131 – Bancos Conta Depósitos – Movimento – País

C – 21541 - Prêmios e Emolumentos Recebidos – Seguros

Os valores respectivos aos recebimentos de prêmios antes de serem baixados na conta de prêmios emitidos (prêmios a receber) devem transitar pela conta de Prêmios e Emolumentos (21541) para que sejam evidenciados os valores recebidos e ainda não baixados pela seguradora, diferentemente do lançamento da emissão do prêmio direto conforme respondido na questão 5 da entrevista (conforme Apêndice A).

b) Baixa da Parcela:

D – 21541 - Prêmios e Emolumentos Recebidos – Seguros

C – 113111 – Prêmios - Riscos Vigentes Emitidos

Quando acontece a emissão da apólice, instrumento que formaliza o contrato de seguro de acordo com Pauzeiro (2008), é contabilizado todo o valor a ser pago pelo segurado na conta de Prêmios Emitidos (prêmios a receber), quando é efetuado o pagamento do seguro, o valor referente a este pagamento deve sair da conta de prêmio emitido.

c) Transferência da comissão sobre Prêmio Emitido:

D – 2125111 – Comissões - Riscos Emitidos

C – 21241 – Corretores de Seguros – Comissões a Pagar – Seguros

O corretor recebe a comissão correspondente ao seguro somente quando o segurado efetua o pagamento do prêmio. Desta forma, os pagamentos de comissão são efetuados na conta de Corretores de Seguros em contrapartida da conta de Comissões de Riscos emitidos que obteve o registro na emissão da apólice.

Pagamento da Comissão

a) Comissão Total:

D – 21241 – Comissões a Pagar - Seguros

C – 11131 – Bancos Conta Depósito – Movimento – País

O registro contábil é efetuado devido ao pagamento de comissão ao corretor de acordo com o recebimento do prêmio do seguro.

Prêmio de Cosseguro Aceito

a) Prêmio de Seguro:

D 113121 – Prêmios a receber Cosseguro Aceito

C - 3111121 – Prêmios Aceitos em Cosseguro

O registro contábil do cosseguro, havendo a aceitação do risco com outra seguradora, conforme descrito por Souza (2009) no referencial teórico, será efetuado através do débito na conta de ativo de prêmios a receber de Cosseguro Aceito, sendo o mesmo grupo de prêmios emitidos (3111), creditando a conta de resultado no grupo das operações com seguradoras.

b) Comissão sobre Prêmio de Cosseguro Aceito:

D – 314112 – Despesa com Corretagem sobre Prêmio de Cosseguros Aceito

C – 212521 – Comissão sobre Prêmio de Cosseguro Aceito

O registro contábil da comissão de cosseguro aceito difere do registro da comissão sobre o prêmio, debitando a conta de despesa com corretagem sobre Prêmio de Cosseguro Aceito e creditando a conta passivo de Comissão sobre o Prêmio de Cosseguro Aceito.

Prêmio de Cosseguro Cedido

a) Prêmio de Seguro:

D - 3111131 – Prêmios Cedidos em Cosseguros

C - 212221 – Cosseguro Cedido Emitido – Prêmios

O registro contábil do cosseguro, havendo a divisão do risco com outra seguradora, será efetuado através do débito na conta de resultado de prêmio cedido em cosseguro, sendo o mesmo grupo de prêmios emitidos (3111) também relatado na resposta da questão 8 da entrevista (conforme Apêndice A), creditando o passivo de prêmios no grupo das operações com seguradoras.

b) Comissão sobre Prêmio de Cosseguro Cedido:

D – 113225 – Cosseguro Cedido – Comercialização
C – 314231 – Comissão sobre Prêmio de Cosseguros Cedidos à Congêneres
– Direto

O registro contábil da comissão de cosseguro cedido é na mesma proporção em que ocorre o registro da comissão sobre o prêmio, debitando a conta de ativo de cosseguro cedido de comissões e creditando a conta redutora de despesa do resultado.

Pagamento de Comissão de Cosseguro Cedido

a) Comissão Total:

D – 21241 – Comissões a Pagar - Seguros

C – 11131 – Bancos Conta Depósito – Movimento – País

O registro contábil é efetuado devido ao pagamento de comissão ao corretor de acordo com o recebimento do prêmio do cosseguro.

Prêmio de Resseguro

D – 31931111 – Prêmios de Resseguro – Resseguradora Local - Prêmios

C – 21231111 – Resseguro Cedido – Resseguradora Local – Prêmios – Riscos Emitidos

Quando a seguradora repassa parte do seu risco para uma resseguradora ocorre a contabilização do resseguro de acordo com exposto no capítulo 2 por Azevedo (2008), o registro contábil é todo efetuado no grupo 319, diferente grupo dos registros de prêmios diretos, onde é debitado o prêmio cedido em resseguro em contrapartida ao passivo de operações de resseguro, na conta de prêmios. A operação do prêmio de resseguro é considerada uma despesa para a empresa de acordo com a resposta da questão 10 da entrevista (conforme Apêndice A).

Transferência do Prêmio de Resseguro:

- D – 212311 – Resseguro Cedido – Resseguradora Local - Prêmio
 C – 212321 – Resseguro a Liquidar – Resseguradora Local - Prêmio

O valor correspondente ao resseguro registrado nesta conta, é o valor de resseguro.

Pagamento de Resseguro Cedido

- D – 212321 – Resseguro a Liquidar – Resseguradora Local - Prêmio
 C – 11131 – Bancos Conta Depósito – Movimento – País

O valor correspondente ao resseguro cedido registrado nesta conta, é o valor de resseguro.

4.4 EXEMPLO PRÁTICO DA CONTABILIZAÇÃO DA OPERAÇÃO DE PRÊMIO

A contabilização dos registros de emissão de prêmios e o recebimento dos mesmos é feita com base no quadro 10.

Quadro 10 – Registros de Prêmios Emitidos e Recebidos

Registro Geral de Prêmios Emitidos em Out/2017			
Prêmio Líder	IOF	Prêmio Total	Comissão
R\$ 25.515,76	R\$ 89,00	R\$ 25.604,76	R\$ 5.103,15
Registro Geral de Prêmios Recebidos Out/2017			
Prêmio Líder	IOF	Prêmio Total	Comissão
R\$ 25.515,76	R\$ 89,00	R\$ 25.604,76	R\$ 5.103,15

Fonte: elaborado pela autora (2018).

Logo após a efetivação da venda de seguro, a apólice é emitida para o segurado e então a contabilização do prêmio é registrada. A composição do valor que o segurado paga, chamado de prêmio total, corresponde ao prêmio líder acrescido de IOF. No mesmo momento em que a empresa contabiliza esse prêmio

total, é contabilizado também o valor referente a comissão paga ao corretor no momento que o prêmio for recebido.

Quando do recebimento do prêmio, a empresa contabiliza este valor na sua conta contábil banco e efetua a baixa de seu ativo no valor que estava previsto para receber. No mesmo momento em que a empresa paga a comissão ao corretor, efetua o devido registro contábil. Conforme exemplificado abaixo:

Emissão da Apólice

a) Prêmio de Seguro:

D – 113111 – Prêmios Riscos Vigentes Emitidos

C – 3111111 – Prêmios Riscos Emitidos

R\$ 25.515,76

c) IOF sobre Prêmio Emitido:

D – 113111 – Prêmios Riscos Vigentes Emitidos

C – 21124 – Imposto sobre operações financeiras

R\$ 89,00

e) Comissão sobre Prêmios Emitidos:

D – 3141111 – Comissão sobre prêmios emitidos – Direto – Riscos Vigentes

C – 2125111 – Comissões – Riscos Emitidos

R\$ 5.103,15

Observação: o valor da comissão sobre os prêmios emitidos equivale a 20% do prêmio líder.

Recebimento do Prêmio

a) Prêmio Total:

D – 11131 – Bancos Conta Depósitos – Movimento – País

C – 21541 - Prêmios e Emolumentos Recebidos – Seguros

R\$ 25.515,76

b) Baixa da Parcela:

D – 21541 - Prêmios e Emolumentos Recebidos – Seguros

R\$ 25.515,76

D – 21124 - Imposto sobre operações financeiras

R\$ 89,00

C – 113111 – Prêmios Riscos Vigentes Emitidos

R\$ 25.604,76

c) Transferência da comissão sobre prêmio Emitido:

D – 2125111 – Comissões Riscos Emitidos

C – 21241 – Corretores de Seguros – Comissões a Pagar – Seguros

R\$ 5.103,15

Pagamento da Comissão

Comissão Total:

D – 21241 – Comissões a Pagar - Seguros

C – 11131 – Bancos Conta Depósito – Movimento – País

R\$ 5.103,15

O roteiro contábil apresentado destacou as principais contas utilizadas e seus objetivos perante a forma de contabilização dos prêmios de seguros, evidenciando a importância desta contabilizando quanto a principal receita da seguradora. Os resultados coerentes e guiados pelas normas e circulares objetiva a segurança e clareza nas informações disponibilizadas no balanço e demais relatórios que determinaram a real situação da empresa.

As informações fornecidas na entrevista juntamente ao roteiro contábil utilizado para a contabilização dos prêmios de seguros da empresa Facil Seguros e comprovado pelo exemplo prático da contabilização, estão em conformidade com o referencial abordado anteriormente baseados nas literaturas, legislações, normas e circulares divulgadas pelos órgãos reguladores de seguros.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como principal objetivo demonstrar a contabilização das operações de prêmio de seguro de vida da empresa Facil Seguros, visto que, as seguradoras são regidas pelas práticas contábeis determinadas pela SUSEP, sendo o órgão regulador e fiscalizador das empresas de seguros. Justificando a importância de verificação das formas e práticas adotadas pela empresa, para que estejam de acordo com a legislação vigente.

O tema abordado neste trabalho, ainda é pouco utilizado no meio acadêmico e devido às constantes mudanças através da evolução nas operações de seguros, houve tamanha dificuldade de encontrar bibliografia e literatura atualizada na abordagem da pesquisa, pois os livros encontrados e utilizados foram publicados por autores em sua maioria antes de 2010, constando na pesquisa, atualizações somente ao que se refere às legislações. Assim, sugerindo para futuros acadêmicos, utilizando as constantes evoluções, atualizar conceitos e linguagens relativos ao mercado de seguros.

Neste estudo foi atualizado o roteiro contábil, tendo em vista que para a atualização da função em relação aos objetivos e o funcionamento baseado na forma de contabilização necessita-se de um aprimoramento mais técnico. Na análise de dados foi concluído que a Resolução CNSP 86/2002 é a que dispõe sobre as normas contábeis das sociedades seguradoras, sendo alterada por outras Circulares da SUSEP, até a atualidade. No entanto, o roteiro contábil foi atualizado pela última vez na Circular SUSEP 356/2007 e a função e o funcionamento das contas contábeis na Circular SUSEP 379/2008, gerando assim, a necessidade de futuras atualizações e estudos.

O conteúdo do estudo de caso foi retirado de dados coletados da empresa com auxílio de informações complementares pesquisadas pela autora averiguando as normas vigentes de mercado de seguros aplicando-os na contabilização dos prêmios de seguros da empresa.

Na análise da Circular SUSEP 517/2015 com as informações disponibilizadas, percebeu-se que a empresa Facil Seguros, efetua suas contabilizações conforme prevê a legislação estando de acordo com as circulares, cumprindo com as suas obrigações perante os órgãos reguladores, alcançando o objetivo geral e

respondendo a problemática deste estudo que era demonstrar as normas e práticas utilizadas para a contabilização dos prêmios de seguros de vida.

A elaboração deste trabalho contribuiu com a formação acadêmica da autora, aplicando conceitos relacionados a contabilidade, análise das demonstrações contábeis e seguros, estudado ao longo dos anos durante a faculdade e também aprimorou seus conhecimentos na formação profissional para a atuação no mercado de seguros.

O estudo realizado na empresa Facil Seguros foi importante para a verificação do cumprimento das exigências do mercado pela seguradora, afirmando a transparência das operações e contabilização de seguros. Além disso, o estudo servirá de auxílio para os funcionários da empresa para o seu conhecimento, assim como aos interessados pela área de seguros, pois apresentam referenciais teóricos sobre o tema abordado.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Jorge Costa. **Contabilidade de Seguros: as experiências no Brasil e no Mercosul em comparação com as normas propostas pelo IASB**. Rio de Janeiro: Funenseg, 2005.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ANTUNES, Maria Thereza Pomta, *et al.* **Revista de Economia e Relações Internacionais: a adoção no Brasil das normas internacionais de contabilidade IFRS: o processo e seus impactos na qualidade da informação contábil**. São Paulo: FEC-FAAP, 2012.

ARIEIRA, Osiane Nascimento. **Contabilidade e Seguro I**. Rio de Janeiro: FUNENSEG, 2006.

AZEVEDO, Gustavo H. W. de. **Seguros, Matemática Atuarial e Financeira**. São Paulo: Saraiva, 2008.

BARROS, Aidil de Jesus Paes de; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008.

BRAGA, Hugo Rocha. **Demonstrações Contábeis: estrutura, análise e interpretação**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CIRCULAR SUSEP – 253 de 12 de maio de 2004. Disponível em: <http://www.susep.gov.br/textos/circular-susep-no-253>> Acesso: 15 out. 2018.

CIRCULAR SUSEP – 379 de 19 de dezembro de 2008. Disponível em: <http://www2.susep.gov.br/bibliotecaweb/biblioteca.aspx>> Acesso: 15 out. 2018.

CIRCULAR SUSEP – 464 de 1º de Março de 2013. Disponível em: <http://www2.susep.gov.br/bibliotecaweb/biblioteca.aspx>> Acesso: 15 out. 2018.

CIRCULAR SUSEP – 517 de 30 de julho de 2015. Disponível em: <http://www2.susep.gov.br/bibliotecaweb/biblioteca.aspx>> Acesso: 21 out. 2018.

CIRCULAR SUSEP – 521 de 24 de novembro de 2015. Disponível em: <http://www2.susep.gov.br/bibliotecaweb/docOriginal.aspx?tipo=1&codigo=37077>> Acesso: 21 out. 2018

CIRCULAR SUSEP – 543 de 22 de dezembro de 2016. Disponível em: <https://www.sincor.org.br/wp-content/uploads/2017/01/23.-Circ.Susep-543-2016.pdf>> Acesso: 21 out. 2018

CIRCULAR SUSEP – 544 de 27 de dezembro de 2016. Disponível em:
<http://www2.susep.gov.br/bibliotecaweb/docOriginal.aspx?tipo=1&codigo=39666>>
Acesso: 21 out. 2018

CIRCULAR SUSEP – 561 de 22 de dezembro de 2017. Disponível em:
<http://www2.susep.gov.br/bibliotecaweb/docOriginal.aspx?tipo=1&codigo=41830>>
Acesso: 21 out. 2018

CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO – Art. 761 Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm> Acesso: 12 out. 2018.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Civil**. São Paulo: Saraiva, 2005.

CONTADOR, Claudio R. **Economia do Seguro: fundamentos e aplicações**. São Paulo: Atlas, 2007.

COSTA, Jorge Andrade. **Contabilidade de Seguros: as experiências no Brasil e no Mercosul em comparação com as normas propostas pelo IASB**. Rio de Janeiro: Funenseg, 2005.

DECRETO-LEI Nº73, de 21 de novembro de 1966, Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0073.htm> Acesso: 06 out. 2018.

FERREIRA, Paulo Pereira; MANO, Cristina Cantanhede Amarante. **Aspectos Atuariais e Contábeis das Provisões Técnicas**. Rio de Janeiro: Funenseg, 2009.

FIGUEIREDO, Sandra. **Contabilidade de Seguros**. São Paulo: Atlas, 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LEI Nº 4.594, de 29 de dezembro de 1964. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/Leis/L4594.htm> Acesso: 05 out. 2018.

LEI Nº 6.464, de 15 de dezembro de 1976. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/LEIS/L6404consol.htm> Acesso: 16 out. 2018.

LEI Nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm> Acesso: 07 out. 2018.

LUCCAS FILHO, Olívio. **Seguros: fundamentos formação de preço, provisões e funções biométricas**. São Paulo: Atlas, 2011.

MAGALHÃES, Raphael de Almeida, **O Mercado de Seguros no Brasil**. Rio de Janeiro: FUNENSEG, 1997.

MANICA, Lais. **O Contrato de Seguro de Vida**. Porto Alegre, 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Direito) – Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação Científica: a prática de fechamentos, resumos e resenhas**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MENDES, João José de Souza. **Bases Técnicas do Seguro**. São Paulo: Manuais Técnicos de Seguros, 1977.

NOGUEIRA, Ricardo Carneiro Gurgel. **Proposta de Modelo de Intermediação Financeira**. Rio de Janeiro: Funenseg, 2011.

PADOVEZE, Clóvis Luís; BENEDICTO, Gideon Carvalho de. **Análise das Demonstrações Financeiras**. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

PAUZEIRO, Julio Cezar. **Seguros: conceitos, definições e princípios**. 3. ed. Rio de Janeiro: J. C. Pauzeiro, 2008.

PEIXOTO, Luciana Maria Ourique. **Contabilidade de Seguros: a contabilização em uma sociedade seguradora**. Porto Alegre, 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Contábeis) - Faculdades Porto-Alegrenses, 2004.

RESOLUÇÃO CNSP, Nº 68, de 2001, Disponível em:
<http://www2.susep.gov.br/bibliotecaweb/docOriginal.aspx?tipo=1&codigo=10665>>
Acesso: 06 out. 2018.

RESOLUÇÃO CNSP Nº 86, de 2002, Disponível em:
<http://www.susep.gov.br/textos/resolucao-086>> Acesso: 12 out. 2018.

RESOLUÇÃO CONSUN Nº 03, de 2013. Disponível em:
<http://www.unisinos.br/images/servicos/contratos-resolucoes/resol-consun-03-13-tcc.pdf> > Acesso: 12 out. 2018.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

RODRIGUES, Rui Martinho. **Pesquisa Acadêmica: como facilitar o processo de preparação de suas etapas**. São Paulo: Atlas, 2007.

SANTOS, Anelize Marques dos. **Uma Análise das Novas Normas de Solvência Estabelecidas para o Mercado Segurador**. Porto Alegre, 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Faculdade Porto-Alegrense, Porto Alegre, RS, 2009.

SANTOS, José Luiz dos *et al.* **Manual de Práticas Contábeis: aspectos societários e tributários**. São Paulo: Atlas, 2011

SEGURANÇA PÚBLICA, Fórum Brasileiro. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2017** Disponível em:

<http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/11o-anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/> > Acesso: 14 dez. 2018

SILVA, Affonso. **Contabilidade e Análise Econômico-financeira de Seguradoras**. São Paulo: Atlas, 1999.

SILVA, Rita Gonçalves Ferreira da. **Do Contrato de Seguros de Responsabilidade Civil Geral**: seu enquadramento e aspectos jurídicos essenciais. Coimbra, 2007.

SOUZA, Silney de. **Seguros**: contabilidade, atuária e auditoria. São Paulo: Saraiva, 2009.

SZUSTER, Natan *et al.* **Contabilidade Geral**: introdução à Contabilidade Societária. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

UNISINOS, Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Modelos

YIN, Robert K. **Estudo de Caso**: planejamento e métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

APÊNDICE A – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA

Nome: F.Z. Idade: 33 anos.

Formação: Ciências Contábeis.

Atuação: Gestora da área de Controladoria e Finanças da empresa Facil Seguros desde 2014.

(1) Dentre os produtos comercializados pela Facil Seguros, os quais foram identificados no site, quais são os que apresentam maior faturamento para a empresa?

Resposta: O produto que mais representa o faturamento da empresa é o Acidentes Pessoais Coletivos.

(2) A emissão dos prêmios diretos está contemplada neste faturamento?

Resposta: Sim, o faturamento da empresa é composto pela emissão dos prêmios diretos.

(3) Como são contabilizadas essas emissões de prêmios diretos?

Resposta: A contabilização é da seguinte forma: é feito um débito na conta de ativo Prêmios Emitidos e um crédito na conta de receita operacional Prêmios emitidos. Além desta contabilização, quando do pagamento da comissão para o corretor, por ter feito a venda deste seguro, é debitado a conta de resultado operacional Comissões e creditado a conta de passivo Comissões a pagar.

(4) A Facil Seguros utiliza como base de lançamento desses prêmios, qual circular SUSEP?

Resposta: A circular da SUSEP 517/2015 consolidada, ela é a circular que define a forma de contabilização geral, inclusive dos prêmios.

(5) A emissão e o recebimento do prêmio direto são contabilizados nas mesmas contas contábeis?

Resposta: Não, quando da emissão, o prêmio é contabilizado um crédito em uma conta de receita operacional e quando do recebimento, o valor que a empresa recebe é contabilizado no banco, em contra partida a conta de passivo Prêmios Recebidos.

(6) Como são contabilizadas as comissões sobre o prêmio direto?

Resposta: A contabilização da comissão se dá no momento da emissão do prêmio, então é debitado a conta de resultado operacional Comissões e creditando a conta de passivo Comissões a pagar.

(7) O prêmio de cosseguro está contemplado no faturamento da empresa?

Resposta: Não, a operação de cosseguro é contemplada nas Receitas Aceitas e Cedidas da empresa. Ele é considerado no Prêmio Ganho da seguradora, mas não no seu faturamento.

(8) A contabilização do prêmio de cosseguro é feita da mesma forma que a emissão de prêmios direto?

Resposta: Sim, no entanto são contabilizadas em contas específicas de cosseguro. O prêmio cosseguro aceito entra como uma receita operacional aceita e o prêmio de cosseguro cedido é considerado uma receita operacional cedida.

(9) O prêmio de resseguro está contemplado no faturamento da empresa?

Resposta: Não, o prêmio de resseguro é considerado uma despesa, não compondo o faturamento da empresa.

(10) A contabilização do resseguro é feita da mesma forma que a emissão e prêmios direto?

Resposta: Não, a contabilização dos prêmios diretos é considerada receita e o prêmio de resseguro é considerado despesa.